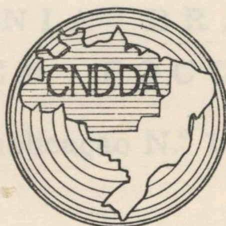
A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

JULHO — 74/JUNHO — 75 N.º 10






CNDDA

A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

Publicação N.º 10

Publicado pela CNDDA
1975
Rio de Janeiro

NOSSA CAPA — VER-O-PESO (BELÉM DO PARÁ)

"VER-O-PESO — painel surrealista"

(....) "Sobre a lama líquida e oleosa, balouçam as embarcações. E, num emaranhado de mastros e cordagens, ondulam velas azuis, vermelhas, pardacentas.

São barcos de todas as procedências: uns vindos de Marajó, outros do Guamá, alguns do Baixo-Amazonas, muitos da região do Salgado; barcos trazidos por pilotos que ignoram a bússola, que se orientam pelos astros, pelos ventos e pelo instinto, pilotos que afrontam os perigos mais terríveis, que triunfam sobre as mais arriscadas situações. (....) Há ali um mundo de variadíssimos produtos, originários de todos os rincões da Amazônia: — Ervas, Raízes, Cascas. Rolos de fumo. Sacas de carvão. Potes de mel. Paneiros de farinha. Cachos de bananas. Verdes melancias e cajus cor de ouro e cor de púrpura. Tartarugas corpulentas. Engradados contendo jibóias e jabutis. Redes. Panos coloridos. Bolsas e chapeus de palha. Abanos de fibra e ventarolas de penas. Colares de conchas e sementes. Figas contra todos os males. (.....) Sob o sol escaldante, densa multidão acotovela-se, em atropelado vaivém. Esse rio humano — feito de risadas, pilhérias e pregões — contorna, horas e horas, o vasto ancoradouro. (......) Tal é o Ver-O-Peso, o mercado de maior excentricidade existente no Brasil. Belém possui, nesse painel surrealista, o seu flagrante mais característico e de fama internacional". (CORRÊA PINTO, em seu livro "BELÉM" (Imagens e Evocações), Rio de Janeiro, 1968).

A origem do nome VER-O-PESO

(......) "Pela manhã, bem cedo, as docas do VER-O-PESO, tomam, então aspecto festivo. Numa esquisita e original confusão, as centenas de embarcações recém-chegadas, ocupam inteiramente o espaço da doca, atracando, pôpa com pôpa, proa com proa. Muitas exibem nas velas respectivas, um co-

lorido típico, castanho ou vermelho escuro. Outras ostentam, galhardamente, as flâmulas peculiares, atopetadas nos chicotes dos mastaréus. (..........)

O movimento do antigo porto canoeiro, localizado à foz do Piri, o qual separava a aldeia do Capim da taba de Paranaçu e vinha do igapó de Açaí, desembocando na baía de Guaiara, hoje Guajará, levou o governo colonial a regulamentar os serviços da aduana. Para isso, como elucidou a revista "Selva", fez construir uma casa "pouca distância do rio e de frente para a pequena angra, onde os nativos costumam aproar suas canôas carregadas de produtos do interior. Seria a repartição fiscal incumbida de cobrar os impostos devidos pela entrada e saída dos gêneros destinados ao consumo público". Tal providência causou, naturalmente, certo alvoroço entre os canoeiros. Agora, com a repartição fiscal, teriam que ir a uma casa "aonde iriam ver o peso verdadeiro, o **vero peso,** das mercadorias". (...) A frase passou posteriormente a designar a própria repartição fiscal: **Casa do Vero Peso.** Tal denominação prevaleceu por muito tempo, explicou a "Selva". O meio, no entanto, esboçava sua influência sobre a língua. No idioma bipartido pelo fato cissíparo determinado pelo descobrimento e pela colonização, começavam a germinar os brotos das primeiras diferenciações prosódicas. Aquele **vero** era muito solene, muito rebuscado, muito acadêmico. E veio então — embora torcendo a precisão do vocábulo face à função que traduzia — a maneira mais suave, mais cantante, mais eufônica: CASA DO VER-O-PESO. Com o tempo, VER-O-PESO passou a designar, também, toda a área de terreno em derredor, inclusive a doca utilizada pelos canoeiros. Assim, toda a reentrancia histórica da baía de Guajará, hoje embutida na cidade e ao pé da qual se realiza uma das feiras populares mais interessantes do Brasil, passou a ser chamada DOCA DO VER-O-PESO." (José Veríssimo da Costa Pereira **in** "Tipos e Aspectos do Brasil", publicação do I.B.G.E. — Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956).

"O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras nações. Há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles intervenham nos negócios internos do País. Se houver uma só nação que não queira sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos haveremos de humilhar ou submeter à sua vontade".

José Bonifácio de Andrade e Silva

Patrono da Independência

1822

(Palavras a Mr. Chamberlain, Encarregado de Negócios da Inglaterra no Brasil)

COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Presidente de Honra

Professor Arthur Cezar Ferreira Reis

Presidente

Tácito Lívio Reis Freitas

Sede Provisória: Avenida 13 de Maio, 13 — Grupo 1202 (Clube Positivista)

Rio de Janeiro

A VERDADE SOBRE A CONQUISTA DA AMAZÔNIA

Artur César Ferreira Reis *

A Amazônia brasileira é tema da maior atualidade. Descobriram-na agora, governo e iniciativa privada, de olhos abertos e consciência do que ela representa para a potencialidade nacional, potencialidade para que caminhamos, apesar das vozes agoirentas dos que não acreditam em nossas possibilidades e, mais que isso, na capacidade criadora, realizadora, do povo brasileiro.

Integrada pelos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Territórios Federais de Roraima, Rondônia e Amapá, espaços do norte de Mato Grosso e de Goiás, até onde chegam os rios da bacia hidrográfica e o revestimento florestal típico da região, a Amazônia, em termos de superfície, mede 5.030.109 km2, habitada, porém, consideramos logo essa particularidade, por menos de quatro milhões de habitantes, o que significa um vazio demográfico, talvez o maior do mundo atual. Parte integrante da área maior na Sul-América, e que poderemos denominar, como já o fiz, em conferência neste Conselho, de "mundo amazônico", a que nos coube, na aventura de sua descoberta e conquista, representa cerca de dois terços do território brasileiro. (1) E no tocante ao quadro global, o mundo amazônico representa 2/5 do espaço sul-americano.

Falei em conquista. Esse, aliás, é o tema da conferência de hoje. Sim, conquista. Não me refiro à operação militar. mas à operação humano-econômica da presença ativa de grupos sociais que enfrentam a floresta, os rios e submetem a região, mesmo no primarismo de suas técnicas, que só agora se alteram, nela criando um teor de vida novo que não era o das populações pré-européias que a possuíam.

É certo que se registraram episódios violentos na disputa do espaço. Ingleses e holandeses, antes da chegada dos luso-

* Historiador. Sociólogo. Ex-Governador do Amazonas. Membro do Conselho Federal de Cultura (MEC). Presidente de Honra da CNDDA.

brasileiros, se haviam instalado pela costa do Macapá, Ilha de Marajó, zona dos estreitos até cercanias do Tapajós, com feitorias de extrativismo, plantação de cana, tabaco, apanha e salga de pescado e, com as feitorias, os estabelecimentos militares que as garantiam e de onde só foram desalojados depois de mais de trinta anos de conflitos, findos os quais foi possível assegurar a presença de portugueses e de mestiços que resultavam do relacionamento de sangue que já se operava, intensamente, ao longo do litoral brasileiro. Os estabelecimentos militares, para que a soberania de Portugal fosse real, dando origem a núcleos urbanos posteriores, significaram empresa militar, empresa militar que levou, já nos séculos XVII e XVIII, a encontros com os espanhóis, no vale do Rio Branco, e com os franceses, na região do Amapá. Aquelas casas fortes foram: Presépio, raiz da cidade de Belém, Gurupá, Macapá, Santarém, Óbidos, São José do Rio Negro, hoje Manaus. São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Marabitanas, no alto Rio Negro e S. Joaquim, no Rio Branco, não motivaram a criação de centros urbanos. Constituíram a exceção. Serviram, no entanto, para conter o apetite territorial de vizinhos, os espanhóis da Capitania Geral da Venezuela e do Vice-Reinado do Peru. [(2)]

O outro aspecto da empresa amazônica, no período colonial, vamos encontrá-lo na ação desenvolvida pelas Organizações Religiosas, representadas pelos Franciscanos de Sto. Antonio, os primeiros a chegar, os Carmelitas, os Jesuítas, os Franciscanos da Conceição, os Franciscanos da Beira e Minho, os Mercedários, estes espanhóis, vindos seus primeiros representantes com Pedro Teixeira, à baixada de Quito, em 1639, mas autorizados a permanecer depois da Restauração face a pedido dos habitantes de Belém. É que se distinguiram, desde a instalação, naquela capital, pela tarefa educacional que logo lhes assegurou a credencial para a estadia. Essas organizações religiosas participaram da conquista, nucleando e integrando dezenas de grupos indígenas, com o que facilitaram a convivência entre as populações locais nativas e os que chegavam para a atividade econômica ou para os encargos do Estado.. [(3)]

A utilização do meio físico na atividade econômica, que explicou a contribuição e a permanência de uma sociedade ativa, que ali se elaborou e realizou, fez-se, no entanto, sem a disciplina que seria necessária, apesar da legislação expedida de Lisboa, visando à preservação de espécies vegetais e animais que eram a motivação da empresa colonial. [(4)]

Como sempre sucede, da legislação protetora e disciplinadora fez-se vista grossa. E no verdadeiro assalto à floresta

e na ação predatória da pesca indiscriminada, desrespeitou-se o pensamento oficial, certo, exato, que refletia a existência de uma consciência oficial efetiva com vistas ao futuro que desejava garantir. A operação predatória imensa, permitiu, todavia, aos que se lançavam ao empreendimento, se não grossas compensações materiais, certo condicionamento de vida estável. Ao lado dessa avetnura, ocorreu a outra, registrada no creatório e na agricultura de espécies tropicais. Plantou-se cana e fabricou-se açúcar; plantou-se algodão, tabaco, cacau, anil. Criou-se gado no Marajó, onde as Ordens Religiosas montaram fazendas, incorporadas, no consulado do Marquês de Pombal, ao patrimônio do Estado e ainda nesse período repartidas e concedidas a particulares que passaram a denominar-se, na terminologia sócio-econômica da região, de "contemplados" e constituíram uma espécie de nobreza local. O comércio à distância operava-se diretamente com Lisboa. Não havia relacionamento com as outras áreas do espaço político brasileiro, a não ser Goiás e Mato Grosso, pelas vias fluviais. Toda uma imensa frota de embarcações do mais variado tamanho permitiu o trânsito de pessoas e o tráfico de mercadorias. Para a exportação, outra frota, incluindo os barcos construídos em Belém, nos estaleiros montados pela Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, assegurou a presença da Amazônia nos mercados europeus, via Lisboa. A produção nativa denominava-se "droga do sertão". Era a especiaria regional, das variadas espécies colhidas na selva. (5) Importante, então, foi a exportação de madeiras, em toros e pranchas, sendo de assinalar, a propósito, que o teto e o chão do Palácio de Queluz, em Portugal, é em grande parte de madeiramento remetido do Pará. A experiência agrária, que se iniciou com a cana, o fabrico de açúcar, prosseguiu, como já disse, com o algodão, o tabaco, o anil e fundamentalmente com o cacau, incentivada pelo Poder Público. Não se sobrepôs, no entanto, à atividade predatória do extrativismo, intensivo e fundamento maior, insista-se, da presença humana na região.

Em balanço da realidade regional, efetuado em fins do período colonial, José de Brito Inglês apontou índices interessantes do sistema de vida regional e do comportamento do homem, em particular da empresa econômica e social. A população crescia lentamente. Era fruto da miscigenação e da introdução de grupos de casais açorianos, trazidos no século XVIII, e de soldados e degredados, assunto que sumariei em estudo pertinente. (6)

Do ponto de vista do exercício de soberania, o espaço incorporado ao império de Portugal, em suas linhas gerais, era

pública foi acrescido com a incorporação do Acre, façanha de o espaço que pelos anos seguintes sería mantido e só na Re- nordestinos e de amazônicos que o ocuparam num movimento de expansão natural, decorrente da empresa gomífera.

Criara-se nos idos coloniais, vencendo os obstáculos físicos e os opostos pelos homens, uma área imensa, operação de luso-brasileiros, do mesmo porte da façanha que nos proporcionara o nordeste, o centro-oeste e o sul do Brasil, desse modo fazendo-se letra morta ao que diplomatas de Portugal e Espanha, em 1494, em Tordesilhas, haviam acertado para disciplinar a conquista dos novos mundos em descobrimento, diploma elaborado à distância, no tempo, e da realidade que a empresa colonial iria comprovar sem fundamento maior para aquela solução e levou à disputa em que as duas nações se empenharam para criar seus respectivos impérios ultramarinos. Os antigos aldeamentos montados pelos Religiosos passaram a ser vilas, com Câmaras Municipais, ou povoados, dirigidos por autoridades civis ou militares, designadas pelas autoridades maiores que conduziam a região, os Capitães-Generais e os Governadores.

O inventário da realidade regional realizava-se também. No momento da descoberta, criara-se o êxtase. Como que se estava frente a um mundo paradisíaco. Depois, viera o realismo do dia a dia e o estudo da natureza e das possibilidades locais começou a proceder-se: clima, condições sanitárias, flora, fauna, hidrografia, populações indígenas. Todo um amplo esforço da indagação que pode ser afinal sintetizada na obra singular de um baiano, cientista, professor em Coimbra e que durante dez anos viveu a Amazônia no que ela apresentava de exótico e de particularidades que a tornavam diferente dos demais trechos do Brasil. Refiro-me a Alexandre Rodrigues Ferreira. Outros, de menos envergadura, procederam ao inquérito, nas áreas de suas preferências ou especializações, de maneira a permitir que, ao encerrar-se o período colonial, houvesse já um informe amplo do que era a Amazônia como espaço onde atuava uma sociedade de tipo mestiço, mas afeiçoada ao meio ambiente e sem dele arreceiar-se. (7)

Os anos iniciais do que poderíamos denominar, um tanto afoitamente, de experiência liberal, foram difíceis, tornando-se mais ásperos na fase da grande explosão das multidões caboclas, o pronunciamento armado da Cabanagem, que custou cerca de 30.000 vítimas, a serem exatos os dados oficiais ao findar o movimento, encerrado pela concessão de anistia por Pedro Segundo. (8)

A aventura da borracha, com a presença do nordestino, que se retirava de sua terra forçado pela pressão angustiante das secas, compôs o novo quadro regional. Esses nordestinos, lembre-se, a bem da verdade histórica, foram antecedidos por maranhenses, que em muitos pontos da Amazônia serviam de pioneiros, como no caso do Purus, só aberto à conquista no rush da borracha, como seria também o Juruá.

A presença nordestina, a princípio realizada através de colônias montadas pelo governo, mas em breve fracassando como experiência e propósito de colonização ordenada, intensificando-se, marcou o novo momento de maneira ponderável. O que é hoje o Estado do Acre resultou de expansão brasileira sobre áreas que bolivianos e peruanos consideravam de sua soberania, mas foram incorporadas como espaço útil na aventura gomífera pelos nordestinos. [9] Os seringais que se abriram às solicitações de mais borracha, vindas dos mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos, criados ao longo dos grandes rios afluentes do Amazonas, eram explorados de maneira predatória — cortavam-se as seringueiras de alto a baixo, para extrair o latex. Finda a purga, a árvore morria. Em breve os seringais do Tocantins, Xingu e Tapajós, como os das margens do Baixo Amazonas, davam a impressão de empobrecimento, quando não de extinção pura e simples, o que levou ao novo descobrimento do Madeira e à penetração pelo Purus-Acre e pelo Juruá. A façanha revelava gente cheia de bravura ao defrontar-se, sem medo, com a floresta fechada e de certo modo hostil. Vindos de terra seca, nem por isso os nordestinos se sentiam inferiorizados pela robustez da selva e da água abundante da maior floresta tropical e de maior reserva hidrográfica da terra. Com uma capacidade de adaptação espantosa, não se deixavam vencer. Ao contrário, triunfavam sobre a natureza nova, exótica, nela criando um dos momentos dinâmicos da economia extrativista do Brasil. [10] O que ocorreu, nas outras áreas amazônicas da América do Sul, a peruana, a boliviana, a equatoriana, a colombiana e a venezuelana, não tem simile de valia quando se analisa a empresa na área amazônica brasileira. O sucesso era brasileiro.

Pierre Denis, em livro admirável sobre o Brasil no século XX, examinando o quadro físico, humano e econômico que nos definia em princípios da era republicana, registrava, em algarismos e reflexões, os dois grandes episódios que propunham o Brasil ao Mundo — a lavoura cafeeira, com a conquista do oeste paulista, e o **rush** da borracha, com a penetração e incorporação de nossa Amazônia. Essa era, realmente, a grande realidade da vida nacional em termos de

crescimento e de afirmação econômica. Porque os dois feitos estavam a cargo dos grupos humanos que compunham demograficamente a nação no centro-sul e no extremo norte. Se naquelas os contingentes estrangeiros já se impunham quantitativamente e qualitativamente, no empreendimento da lavoura cafeeira, como bem assinalou Pierre Monbeig, em "Pioniers et planteurs a S. Paulo", neste, a participação que tiveram foi muito menor quando comparada com a de brasileiros vindos de vários pontos do País. [11]

A concorrência oriental pôs fim ao monopólio brasileiro de produção da borracha. O impacto, violento, provocou a parada e a grande crise. Os seringais perderam expressão. A imprevidência nacional, elemento negativo em nossa personalidade como povo, comprovou-se mais uma vez. É que pelos idos de 1867, dois alemães, Keller e Leuzinger, a serviço do Império, haviam tomado contato com a realidade amazônica na área dos seringais nativos e, com a visão segura do futuro, haviam indicado a necessidade da mudança das técnicas utilizadas na exploração da borracha. Sugeriram — plantação da espécie e produção, nos seringais, do que fosse necessário à dieta alimentar dos seringueiros, desse modo melhor atendidos e melhor assegurados em sua saúde. Reflexionavam, então, que ou se adotava a nova orientação ou em outras áreas ecologicamente semelhantes à Amazônia proceder-se-ia ao plantio intensivo e nas usinas, que hoje chamaríamos de laboratórios, produzir-se-ia um sucedâneo. [12] As plantações do Oriente e a borracha sintética constituíram os dois aspectos da resposta que os mercados externos deram ao nosso monopólio e aos preços que impunhámos e de que desejavam libertar-se.

Um plano governamental, o primeiro que se elaborou no mundo, note-se bem o fato, foi estruturado por homens que o poder público entendeu capazes para a tarefa, que não tinha modelo no exterior e exigia realismo, objetividade, rapidez e recursos técnicos e financeiros para sua imediata execução. O "plano de defesa da borracha" era, na verdade, um plano amplo, de ação oficial que, se cumprido, teria promovido a imediata integração da Amazônia ao complexo brasileiro, evitando o desgaste que ocorreu, os apetites externos que se aguçaram e a crítica negativa que nos alcançou, acusando-nos de incapazes, como povo, de promover uma política na estrutura por que ela deveria ser proporcionada e cumprida. O plano não visava apenas a garantir a produção de borracha para a competição nos mercados mundiais. Compreendia: ação no campo da saúde e da alimentação, rodovias e ferrovias, colonização, aparelhamento de portos, vias navegáveis, financia-

mento da empresa em novas bases. A Oswaldo Cruz coubera a parte relativa ao saneamento.[13] Nada, porém, se pôs em funcionamento. E a Amazônia entrou em vertiginosa decadência, inclusive pela perda de alguns milhares de nordestinos, aos quais o governo proporcionava passagem para que regressassem às terras de onde haviam emigrado. Os seringais perderam toda e qualquer utilidade. Belém e Manaus perderam a condição de grandes centros urbanos, de renome mundial.

A segunda guerra despertou-a. A borracha, essencial à máquina de guerra aliada, estava em mãos dos japoneses, senhores, no Oriente, das áreas onde existiam os seringais de plantação. A amazônia era a segurança. E para ela voltou-se o interesse do Brasil e dos Estados Unidos. Os acordos de Washington levaram a uma série de providências, como a criação do Banco da Borracha, hoje Banco da Amazônia, a criação do SESP, Serviço Especial de Saúde Pública, e a mobilização de nordestinos, transportados à Amazônia para a recuperação dos seringais e a restauração da produção de borracha.

A criação de três Territórios Federais, o do Amapá, o de Rio Branco, hoje Roraima, e o de Guaporé, hoje Rondônia, constituiu outro ato de relevância na nova política que o governo federal passara a executar, a que somar a do Instituto Agronômico do Norte, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e do Instituto Evandro Chagas, aos quais atribui-se a pesquisa científica e em particular das moléstias regionais, necessárias para que a ação do Estado não continuasse a realizar-se em termos de aventura ou de eterna experiência. Os recursos financeiros necessários não eram nem são de molde a autorizar gastos sem a cobertura da certeza do realismo do empreendimento a que se lança o Estado no propósito do desenvolvimento e da integração nacional. Como os recursos humanos, precários para a importância e a execução dos planejamentos. O estabelecimento do Estado do Acre e o funcionamento da Zona Franca de Manaus completaram o arcabouço político-institucional das decisões oficiais.

A instalação da SPVEA, hoje SUDAM, em 1953, permitiu a elaboração de plano qüinqüenal de desenvolvimento, ao mesmo tempo que permitiu um balanço inicial dos elementos humanos com que contar para a tarefa e uma avaliação dos recursos que a terra prometia e deveriam ser utilizados na operação de alto sentido econômico, que era a ambição coletiva. Até aqui, como se verifica, o Poder Público atuava, bem ou mal, mas atuava. E a iniciativa privada, como se comportava nas várias oportunidades experimentadas? As Associações Comerciais de Belém e Manaus, como organismos de classe,

nas horas difíceis que a região experimentou, em memoriais, longos e objetivos, indicaram o quadro negativo. Indicaram providências. Reclamaram contra medidas consideradas estranhas ou erradas. Em Manaus, às vésperas da debacle e como que prevendo-a, reuniu um Congresso de homens de empresa e do que poderia ser considerado como a nata da inteligência pragmática local, para estudar a situação e as soluções que se deveriam adotar visando a resguardar, senão o monopólio da borracha, sua presença continuada nos mercados do mundo. Se o Brasil, que a produzia, não consumia um mínimo sequer!

A conquista da Amazônia, consideremos, como se poderia encaminhar e ultimar, com tamanha pobreza de meios materiais e espirituais? Até onde iria a resistência de sua população? O instrumental burocrático que a União montava seria suficiente? O grande vazio que ela representava como poderia ser ultrapassado, ocupando-se a área não apenas no quantitativo demográfico preciso, mas na sua utilização na empresa material, criando-se riqueza, explorando-se riqueza? A floresta poderia ser dominada? A terra firme poderia ser ocupada, tirando-se o homem das várzeas? O subsolo seria realmente uma esperança a trannsformar-se em realidade física? O solo prometeria algum êxito à uma vida real produtiva? O clima permitia, como característica do trópico tão malsinado, a presença humana útil, dinâmica, capaz de grandes façanhas a serviço da civilização? Aquele mundo exótico seria inferno ou paraíso? Ou seria um meio físico onde uma humanidade, decidida e suficientemente aparelhada, iria assegurar o domínio do maior espaço vazio ainda existente na terra, triunfando sobre a hostilidade com que se defrontava e afirmando-se representativa de uma humanidade que modifica, sob tantos aspectos, a vida terrena em nossos dias?

Os trópicos, secos e úmidos, já foram submetidos aos mais enérgicos, incisivos e rudes exames. E hoje, os que nele desacreditavam, à frente Pierre Gourou, o famoso autor de "Les Pays Tropicaux", concluem, face ao Instrumental de que o homem dispõe pela obra da revolução tecnológica que vence o tradicionalismo das sociedades envelhecidas, que os trópicos, em particular os trópicos úmidos, são a segurança do futuro da humanidade, pelo que neles será possível produzir em alimentos e em matéria-prima para o crescimento econômico do mundo. [14]

A "operação amazônica", como se passou a chamar agora a ação oficial para o domínio efetivo da área, principiou, já vimos, com os atos governamentais da Presidência Hermes da Fonseca. Em 1953, criada a SPVEA, que instalei e a quem dei

os lineamentos fundamentais, iniciou-se efetivamente a atuação da União, vencidas antes restrições de natureza legal e aumentada a responsabilidade do órgão que nascia com a ampliação da área de sua atuação. Atendia-se, nesse particular, a exigências da política partidária e criava-se uma Amazônia legal, que incluía o oste do Maranhão e um norte de Mato Grosso para atingir Cuiabá, situada à margem do rio do mesmo nome, zona de cerrado e não de floresta tropical, da bacia do Prata. O gigantismo do espaço era um fato negativo. Os recursos humanos, limitados em sua aquisição pelos que deviam facilitar-lhes a existência, recursos financeiros pagos como verdadeira esmola, pela União, sem que os Estados e Municípios, a exceção do Pará, obrigados por lei a dar sua contribuição financeira, cumprissem o dispositivo, tudo conspirou para que o êxito da SPVEA fosse discutido, discutido e negado por aqueles mesmos que haviam sido os grandes responsáveis pelas dificuldades com que ela se defrontava, esquecidos, ademais, todos, de que quanto se principiava a promover na região era fruto de programação, de esforço para que ela começasse a experimentar um tipo novo de vida. Se até o Prìmeiro Plano Qüinqüenal de que todos os programas posteriores são frutos e muitas vezes reproduções sem referência à grande fonte criadora, se até esse Plano foi boicotado no Congresso Nacional, onde nem o desaprovaram nem o aceitaram, nem o emendaram!. . .

A história dessa experiência tão triste eu a apresentei recentemente, em Manaus, abrindo o Seminário de avaliação da presença da União, que os empresários da Amazônia Ocidental promoveram sob contestação ou quase proibição de autoridades que não compreendiam a razão de ser do encontro e, ao envés de aceitá-lo como uma contribuição crítica, viam-no como uma análise negativa da ação oficial.

Uma consciência nacional sobre o que a Amazônia valia para o desenvolvimento brasileiro se fora, porém, formando lentamente. Era importante que tal sucedesse. Do mesmo a Amazônia passava a compor outro centro de preocupações. a Amazônia passava a compor outro centro de preocupaçes. A fase lírica da exaltação ufanista, do paraíso verde, cedia campo ao realismo, necessário para a revisão correta do que ela poderia representar no processo de crescimento do país, que aspirava alcançar potencialidade. Ora, essa potencialidade não se alcançaria, tornando-se real, se continuassem os desequilíbrios regionais, que impedem o desenvolvimento harmônico do país. A extensão territorial, o aumento da população pessimamente distribuída, a existência de imensos vazios demo-

gráficos, que se faz preciso ocupar e dinamizar, compondo tudo um quadro a reclamar meditação serena, soluções sem mais tardança, decisão nacional para uma política em ritmo acelerado, na verdade deixaram de constituir assunto para o sensacionalismo jornalístico ou o comentário negativo, e só negativo, para transformar-se em tema de cogitação governamental, que atingiu igualmente as outras áreas, capazes de participação na orientação pragmática que se passou a adotar.

A conquista da Amazônia e do Brasil central, onde ocorriam os imensos vazios demográficos, poderia, no entanto, ser efetivada? A experiência do passado seria válida, e como tal desencorajante, ou essa experiência na realidade assegurava perpectivas positivas?

A conquista da Amazônia pela posse e pelo domínio traduzido em população permanente, volumosa e atuante, no que diz respeito ao melhor uso da terra, solo e subsolo, água, floresta, campos naturais, não é, como comprovação da capacidade brasileira, empresa sem perspectivas positivas imediatas. O passado a que nos referimos de passagem, no necessário para explicá-la, não constitui página desencorajadora. O que se constata, porém, faz-se necessário de logo acentuar como verdade inconteste, é que essa conquista não foi nem é fácil. Exige tempo, recursos humanos, financeiros e técnicos, capazes de autorizar o sucesso do empreendimento. Porque, até o presente, esses três elementos não têm existido, na quantidade e na qualidade aconselhável. O homem foi parcamente assistido, os recursos financeiros jamais vieram na grandeza essencial e as técnicas empregadas não foram ainda aquelas que o progresso tem proporcionado. Situou-se e manteve-se um grupo humano, na Amazônia, com o êxito que serve de lição e exemplo, porque possuiu sempre um desejo, uma decisão de realizar essa conquista.

De outro lado, faz-se também necessário não esquecer, pois que é fundamental, o espaço amazônico, que nos pertence, soma cerca de 2/3 do território brasileiro, com, aproximadamente, 5 milhões de quilômetros quadrados. Trata-se, portanto, de área gigantesca, num país de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, área que não pode permanecer marginalizada num mundo faminto de espaço e de alimentos.

A aventura de sua ocupação, processada sem que tivesse ocorrido um planejamento realístico, ocorreu como aventura mesmo. A legislação que se expediu de Lisboa, abundante, é certo, mas de difícil execução, com a muito pequena que, no Brasil imperial e nas primeiras décadas republicana, se foi decretando, se não refletiu intenção esporádica de autoridade

maior, nem por isso significou uma decisão permanente, conscientes os que a formulavam do que a região podia valer e da importância geopolítica da ação do Estado em empresa de tamanho porte.

Quantos seriam, porém, vem agora pergunta pertinente, os que enfrentaram o meio físico em seu estado de natureza virgem e nele definiram seus propósitos?

Ao encerrar-se o período colonial, somava a população da Amazônia menos de cem mil habitantes. Os dados posteriores apresentam os seguintes números: em 1872, 332.847 habitantes; em 1890, 476.370; em 1900, 695.112; em 1920, 439.052; em 1950, 1.844.655; em 1970, 3.650.750.

O crescimento demográfico, portanto, foi um crescimento lento. A participação estrangeira pouco ou nada expressou — em 1867, registrara-se a entrada de 200 norte-americanos e 18 ingleses que se instalaram em Santarém. Em Itacoatiara, a Companhia fundada por Mauá para a navegação dos rios da Amazônia criou pequena colônia ali, onde se localizaram chineses e ilhéus açorianos. Ao longo da ferrovia Belém-Bragança, foram situados: na Colônia de Benevides, 87 franceses, 35 italianos, 33 espanhóis, 11 alemães, 5 belgas, 3 suíssos, 2 argentinos e um norte-americano; em Apeú, 100 açorianos. (16)

O contingente nordestino, o de maior volume no episódio, não foi recenseado à medida que chegava à região. No momento da mobilização para a batalha da borracha, chegaram 35.000. Sobre o assunto, Ernesto Cruz, Samuel Benchimol e José de Souza Bitencourt escreveram ensaios interessantíssimos. (17) Foi o suficiente, no entanto, para a montagem e a exploração dos seringais e a incorporação do Acre à soberania brasileira. Valeu como contingente admirável na preservação do espaço, para que os interesses e as aspirações do exterior não frutificassem em desfavor do Brasil desatento, de certo modo, oficialmente, aos perigos que rondavam a região e ainda há bem pouco tempo voltavam a existir, contidos agora pela bravura cívica de um Teixeira Soares e de um Magalhães Pinto, que reagiram às pretensões ousadas de certa potência, onde nos consideravam incapazes de possuir a Amazônia, nela promovendo a política de desenvolvimento. Não é, todavia, nos dias duvidosos que atormentam o mundo o suficiente para operação de tamanha envergadura.

No governo benemérito do General Garrastazu Médici, a Amazônia constituiu ponto de fixação de seu programa de integração. A rede de rodovias que se começou a abrir, na verdade serve como instrumento da mais alta importância na operação da conquista e da incorporação e valorização regional.

A Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a Óbidos-Surinam, a Manaus-Boavista-fronteira com a Guiana e a com a Venezuela, a ligação Perimetral-Transamazônica, a Manaus-Porto Velho, essa por mim iniciada, vão incorporar novas áreas, já agora descobertas efetivamente, ao mesmo tempo que vão tirar o homem das várzeas, levando-a à terra firme para a colonização interior. As experiências anteriores, da Belém-Bragança e da Belém-Brasília, contestadas, negadas, são hoje realidades. Naquela primeira, há um centro ativo de vida organizada; ao longo desta, pasta o quarto rebanho bovino do país e se processa à ocupação continuada do espaço.

Com a Transamazônica, o sonho de Euclides, que afirmava a conveniência da ligação das bacias do Purus-Acre com a do Juruá, cortando o Acre, está em vias de realização. E por ela, que encontrará a Rodovia da Selva, que Belaunde Terry, no Peru, construiu para integrar a área amazônica de sua Pátria às outras duas porções, a costa e a "sierra", da terminologia geográfica peruana, desse modo consolidando a unidade nacional, atingiremos o Pacífico, sem feitos militares e sim com cordial vinculação territorial, civilizadora, ligando Atlântico-Pacífico.

Os novos programas de ação do poder federal, que mobiliza capitais, iniciativas privadas com o sistema de incentivos fiscais, o nucleamento de nordestinos e sulinos nas rodovias que se ragam, a atuação continuada das guarnições militares, das três armas, que desenvolvem uma atividade admirável, os campus avançados das Universidades Católica de Porto Alegre, Campinas, Guanabara, no Baixo Amazonas e no Solimões, Universidades que promovem uma tomada de contato com as disparidades regionais, participando dos planos de incorporação e de elevação educacional e cultural das populações dos municípios distantes da civilização, compõem um conjunto fundamental de atos de presença civilizadora para a conquista da Amazônia sob aqueles ângulos pacíficos a que nos referimos no início desta palestra.

O que o Projeto RADAM está revelando, resposta positiva àquelas dúvidas apregoadas pelos negativistas do passado, assegura, no que diz respeito aos recursos minerais, uma perspectiva preciosa.

Leia-se para uma conciência exata do que a Amazônia vale e está principiando a converter-se em realidade, os livros, em que não há páginas líricas, ufanistas, do Coronel Darino Castro Rebelo, edição do Ministério dos Transportes, intitulado "Transamazônica". Integração em Marcha"; de Armando Mendes, "Viabilidade Econômica da Amazônia", edição do

Banco da Amazônia; "Agricultura nas Várzeas do Estuário do Amazonas", de Rubens Rodrigues Lima, diretor do IAN; "Estradas para o desenvolvimento", de Armando Mendes; "Recursos Minerais da Amazônia", de Clara Pandolfo; "Da habitabilidade da Amazônia", de Djalma Batista; "O problema da Colonização da Amazônia", de Adriano Menezes; "Desenvolvimento de uma economia florestal na Amazônia", de Jean Dubois; "Notas sobre a Fitogeografia da Amazônia Brasileira", de A. Dhcke e G. A. Blac; "A Conservação da Natureza e Recursos Naturais na Amazônia Brasileira", de José Cândido de Melo Carvalho; "Desenvolvimento Florestal no vale do Amazonas", de R. Gachot, M. N. Gallant e E. P. Mograth; "O conteúdo de fósforo de alguns solos da Amazônia", de Lúcio Salgado Vieira; por fim, as considerações magníficas que, para o Simposium que a Câmara Federal promoveu recentemente, elaborou, a respeito do "processo de ocupação da Amazônia", o professor Samuel Benchimol. Fruto maduro da investigação direta, de campo, esses livros, na vasta literatura de 13.396 títulos, inventariados nos dois volumes publicados pelo INPA e pelo IBBD, divulgam, no realismo que a marca, uma Amazônia que deve ser ocupada e utilizada pelo que vai assegurar à potencialidade do Brasil. (19)

Afirmam os técnicos e as organizações mais renomadas e responsáveis do mundo que a fome ronda esse mesmo mundo, exigindo, a situação perigosa, que promovamos, todos os povos, a produção de alimentos na proporção necessária à salvação do homem ameaçado de extinção pela sortida da fome. No Clube de Roma, ouvimos na reunião passada de nosso companheiro Bastos Ávila, a matéria não foi ignorada. A Amazônia, como imenso espaço disponível, não poderia ser utilizada para a grande produção alimentar?

Em "A Conquista da Amazônia", título de ensaios de Edson Carneiro e de Rubens Rodrigues Lima, aquele de 1956 e este de 1973, evidencia-se a necessidade da ofensiva brasileira para por fim ao vazio demográfico e ao desbravamento da região, façanha que, insisto, exige tempo, recursos humanos e financeiros, planejamento realístico e exeqüível, decisão, trabalho bem conduzido de brasileiros, porque essa será a grande prova, que daremos ao mundo, de nossa capacidade para a grande empresa de triunfar sobre o trópico úmido.

---

(1) Cf. «O Mundo Amazônico», in Carta Mensal n.ºs 144/5.

(2) A história desses estabelecimentos militares foi sintetisada por Arthur Viana, em sua monografia «As fortificações na Amazônia», in Anaes

da B. A. do Pará, tomo 4.º, Belém, 1905, e por mim em «Roteiro histórico das fortificações no Amazonas», Manaus, 1966.

(3) A ação da Igreja Católica na empresa missionária consta de meu livro «A Conquista Espiritual da Amazônia», S. Paulo, 1942.

(4) A respeito, cf., de minha autoria, «A Política de Portugal no vale amazônico, Belém, 1940 e «O Processo histórico da Economia Amazonense», Rio, 1944.

(5) Cf. Manoel Nunes Dias, «A Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão», Rio, 1970.

(6) Cf. «Casaes, Soldados e Degredados na Conquista da Amazônia», in, de minha autoria, «Aspectos da Experiência portuguêsa na Amazônia», Manaus, 1966.

(7) Esse inventário começou logo no início do descobrimento da região. Cf. capítulo «O estudo da terra e do homem», in «A Política de Portugal no vale amazônico», de minha autoria, Belém, 1940. O livro de Frei Cristovam de Lisboa, sobre aves, plantas, peixes e animais, durante muito tempo considerado perdido, foi recentemente publicado em Lisboa. Sobre a Expedição chefiada por A. Rodrigues Ferreira, há abundante bibliografia portuguesa e brasileira. Seus trabalhos estão sendo publicados pelo Conselho Federal de Cultura.

(8) Cf. Domingos Antonio Raiol, «Motins Políticos», vol. 3.º, págs. 1000/1, edição da Universidade Federal do Pará, Rio 1970.

(9) A respeito da presença nordestina, cf.: Samuel Benchimol, «O Cearense na Amazônia», Rio, 1965; Alcino Teixeira de Melo, «Nordestinos na Amazônia», Rio, 1956; Gilberto Freire, «A Amazônia Brasileira e uma possível lusotropicologia», Rio, 1964.

(10) A respeito, cf. Leandro Tocantins, «A Formação histórica do Acre», Rio, 1961; Castilhos Goycochea, «O Espírito Militar na Questão Acreana», Rio, 1973; Craveiro Costa, «A Conquista do Deserto Ocidental», São Paulo, 1974.

(11) Cf. José de Souza Bitencourt, «Aspecto demográfico-social da Amazônia Brasileira», Rio, 1960; Samuel Benchimol, «Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia», Manaus, 1966; Orlando Costa, «O Povoamento da Amazônia», B. Horizonte, 1969; Moacyr Paixão e Silva, «Sobre uma geografia social da Amazônia», Manaus, 1943.

(12) Cf., de minha autoria, «O Seringal e o Seringueiro», Rio, 1953.

(13) Cf., Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Afrânio Peixoto, «Sobre o Saneamento da Amazônia», Manaus, 1972.

(14) Pierre Gourou, «O Futuro dos trópicos úmidos», Manaus, 1966.

(15) «A Revolução de Março e a Operação Amazônica», Manaus, 1974.

(16) Cf. Palma Muniz, «Colonização e Imigração no Estado do Grão-Pará, 1616-1916», Belém, 1917.

(17) Cf. além dos textos citados na nota 9, mais, de Ernesto Cruz, «Colonização do Pará», Belém, 1958.

PROBLEMAS DO APROVEITAMENTO DA AMAZÔNIA

Harald Sioli *

Desde que vive na face da terra o homem influenciou como qualquer outro organismo o seu ambiente e o faz ainda hoje, talvez ou com certeza mais do que dantes. Também para a sua vida, a vida do homem no sentido ecológico, vale a mesma definição do que para todas as outras criaturas, e esta definição ecológica geral da vida pode ser expressa da seguinte maneira: vida não é apenas o desenrolar de determinadas reações físico-químicas na substância viva (estas também pertencem evidentemente à vida), mas vida é a constante altercação — uma palavra mais adequada para este tipo de influência seria certamente "junção" — do organismo vivo, que tem a sua legislação interior, p. ex. fisiologia, etologia, psicologia, etc., com o seu meio-ambiente, que tem a sua legislação interna em correspondência à qual êste meio-ambiente é estruturado e funciona. Entre estas duas legislações organismo e meio-ambiente existe um campo de tensões que deve ser superado pelo organismo ativa ou passivamente para que ele possa sobreviver. Com isto este campo de tensões é o cenário no qual se desenrola o jogo da vida, um jogo entre parceiros de iguais direitos, ou seja organismo e meio-ambiente, que se influenciam mutuamente e se modificam e se formam, e que da mesma maneira são de novo influenciados, modificados e formados um pelo outro. Também processos de realimentação ("feed-back") são regras neste jogo, de modo que qualquer mudança que um parceiro induz no outro, por sua vez age de novo sobre o primeiro, etc. E o resultado deste jogo é uma nova unidade funcional na Terra, para a qual utilizamos hoje em dia uma palavra um pouco vaga, a saber eco-sistema.

---

* Diretor da Divisão de Ecologia Tropical do Instituto Max Planck, da Alemanha Ocidental. Consultor Científico do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

A efetividade destas ações recíprocas entre organismo e meio-ambiente pode ter evidentemente intensidade diversa. Ela vai das mais fracas e mínimas modificações, quase imperceptíveis, que agem sobre um ou outro ou ambos os parceiros, até a uma luta impiedosa em que um dos parceiros procura vencer o outro e que termina com o colapso total e a morte do parceiro vencido, um resultado que então volta a atuar também sobre o parceiro vencedor.

Entre dois extremos existe toda uma escala de graus de modificações. E aqui se levanta um problema, ou seja, como podemos classificar tais graus de modificações quando queremos colocá-los em relação a eventuais vantagens ou desvantagens para o parceiro que provocou estas modificações.

Estas idéias gerais também podem ser transpostas ao jogo da vida entre o homem e o seu ambiente. Neste jogo o parceiro dado ao homem pela natureza é, no sentido amplo, a paisagem ou, utilizando um moderno têrmo científico, a geossinergia ou geobiocenose, que o homem encontrou quando entrou no cenário da vida. Desde o começo o homem se altercou, digamos melhor se juntou, com o seu ambiente paisagístico, viveu dele, modificou-o mais ou menos e até sucumbiu com ele. As paisagens naturais que o homem encontrou de início, assim como as paisagens modificadas que se originaram da sua influência, são todas mais ou menos favoráveis ou inimigas ao homem e à sua existência. E se nós não quisermos apenas descrever e constatar as modificações que o homem trouxe às paisagens, mas também avaliá-las com respeito à vida humana, devemos tentar elaborar uma escala de valores para estas paisagens, uma escala de valores que deve ser posta em relação aos requisitos da vida humana, requisitos tanto materiais como espirituais.

Um valor estético que daríamos aos diversos graus da paisagem seria demais subjetivo e também demasiadamente exposto às modificações temporais e locais. Valores emocionais puramente individuais — desde a paixão pela natureza até a exigência de que o equilíbrio da natureza não deve ser perturbado — são da mesma forma subjetivos. Não existe um equilíbrio que tende a levar a natureza a um estado permanente absolutamente ideal, e cuja destruição significaria uma frustração da própria natureza. Um equilíbrio na natureza não é nem estável nem lábil, mas sim um equilíbrio indiferente. Corresponde a uma esfera na superfície plana de uma mesa: a esfera recebe sempre novos impulsos das mais variadas direções e rola em conseqüência mais um pedaço na superfície da mesa, para parar em um novo ponto até que o próximo

impulso a desloca mais um pedaço até um novo ponto de parada, etc., a não ser que um impulso demasiadamente forte leve a esfera até o canto da mesa e a deixe espatifar no chão, o que significaria que tudo chegou ao fim.

Visto como um todo, não importa em que ponto da mesa, do cenário mundial, a esfera pára. Para a vida do homem porém, os diversos pontos não têm o mesmo valor, pois representam os seus diversso ambientes ecológicos que, como vimos, são mais ou menos favoráveis ou inimigos. Estes diversos valores devem ser expressos em uma escala que deveria ser elaborada. Como linha de orientação para uma tal tentativa sugeri a "vivacidade" de uma paisagem como ambiente vital. E esta vivacidade deveria ser entendida como um produto, não uma soma, da variabilidade da vida existente (número de espécies de vegetais e animais), da biomassa (standing crop) e do número de indivíduos de vegetais e animais, da produtividade (produção primária, secundária, etc.) em substância orgânica e seu conteúdo energético, no número de pessoas que podem viver da paisagem considerada, e do seu conteúdo vital (amplitude de vivência e de destino).

Estes fatores enumerados não podem ser tomados em números, i. é quantitativamente, pelo menos não por enquanto e possivelmente ainda por muito tempo, mas talvez podem nos fornecer um ponto de partida e determinadas diretivas experimentais para uma avaliação de paisagens como ambientes vitais para o homem, como biótopos para o homem, como diríamos nós ecólogos. Mas após estas observações introdutórias queremos ver o que o homem fez com a paisagem da Amazônia, qual foi o resultado das suas atividades nas diferentes regiões da Amazônia até hoje e qual a tendência das atividades humanas atuais, quais são as perspectivas e as possibilidades para o futuro.

A presença do homem na planície amazônica data de apenas alguns milhares de anos. Em comparação com outros continentes, o homem é aqui um recém-chegado que penetrou na Amazônia em várias levas. Ele veio principalmente da direção noroeste e de maneira geral seguiu os cursos dos rios. Aparentemente o homem veio à floresta virgem como caçador e pescador e coletor, mas talvez desenvolveu logo uma determinada agricultura sob forma de pequenas plantações de mandioca, em algumas tribos também da palmeira pupunha (**Guilielma speciosa**), do guaraná (**Paullinia sorbilis**), etc. O homem nativo da Amazônia sempre existiu em número relativamente pequeno, só viveu em comunidades tribais e nunca construiu verdadeiras cidades que tivessem a necessidade de serem ali-

mentadas e mantidas através de um fornecimento organizado a partir das terras circunvizinhas. Durante este período o homem coletou, caçou, pescou e plantou apenas para as suas próprias necessidades. E com isso não afetou sensivelmente a estrutura e a dinâmica do ecosistema natural da Amazônia. As águas estavam e permaneciam repletas de peixes, de tartarugas, de manatis e jacarés, e na floresta virgem havia suficiente caça, como contam as histórias dos primeiros descobridores (CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA). Também as pequenas plantações não eram mais do que manchas isoladas na floresta densa e executadas sob forma de "shifting cultivation", e não prejudicavam de qualquer maneira a continuidade da grande mata; as aldeias das tribos se localizavam geralmente perto das margens dos rios, os lugares privilegiados eram quase sempre algumas pontas da terra firme mais elevada em direção ao vale do Amazonas ou seus grandes lagos marginais ou aos leitos dos grandes afluentes, como o rio Tapajós, o rio Xingú, etc. De lá os habitantes controlavam aquelas principais e até hoje quase únicas vias de trânsito de toda a Amazônia, pelas quais um eventual inimigo poderia se aproximar.

Durante séculos as aldeias se localizavam nos mesmos lugares, e aí se acumularam os restos do seu metabolismo, que eram cinzas, carvão vegetal, ossos, etc. juntamente com os cacos de cerâmica quebrada, e desta forma o solo da mata originalmente amarelo-castanho, por vezes também o solo arenoso da vegetação de campina, foi transformado e coberto por terra preta, que nestes locais podemos encontrar com espessuras de até 1 m. Estas terras pretas são muito diferentes do latosol amarelo original ácido, que é muito pobre em nutrientes, ou dos podsóis mais pobres ainda, mas as terras pretas são aproximadamente neutras e enriquecidas com fosfato de cálcio, etc. Entre os colonizadores neobrasileiros estes solos são conhecidos pela sua fertilidade e são hoje em dia muitas vezes utilizados para as plantações.

As terras pretas são porém apenas pequenas manchas locais de importância restrita, para a Amazônia como um todo não significam nada. De modo algum os índios pré-colombianos da planície amazônica influenciaram ou modificaram a biocenose, a paisagem da sua terra, e esta paisagem não ofereceu condições para o desenvolvimento de civilizações com povoamento mais numeroso ou centros populacionais maiores e com organizações extensas. Na hiléia não se encontram minérios de fácil acesso, de maneira que as culturas nativas permaneceram no estado da idade da pedra. Na maior área da Amazônia, coberta pelos sedimentos plioceno-pleistocênicos

da formação "Barreiras", faltam até rochas e pedras, de modo que madeira e fôlhas de palmeira tiveram que ser utilizados na construção de choças e casas, e este material evidentemente desintegrava-se rapidamente após o desaparecimento de seus construtores e não deixava ruínas de cidades abandonadas ou outros monumentos que poderiam ser testemunhos de uma forma de vida que tivesse alcançado uma relativa independência das condições originais da natureza circundante.

Pelo contrário, a forma de vida — ou com outras palavras, o padrão cultural (culture-pattern) — dos povos nativos da Amazônia parece ter sido formado na verdade pelo poderoso ambiente que encontraram, e este ambiente também cunhou o mundo espiritual destes homens, preenchido tanto por um reino sobrenatural como também por um reino subaquático com réplicas dos animais da mata virgem sob forma de espíritos animais.

Após o descobrimento da Amazônia e durante os primeiros séculos da colonização portuguesa, i. é, até a 2.ª metade do século passado, a situação geral pouco se modificou. As maiores áreas, as de terra firme, permaneceram praticamente intactas, e as atividades de exploração se concentraram mais aos corpos d'água e às várzeas do Amazonas, uma planície de aluvião do próprio grande rio.

Em primeiro lugar aos corpos d'água da Amazônia. Até hoje os corpos d'água são os que menos sofreram sob a influência humana.

Desde os tempos pré-europeus e até há poucos anos os rios eram praticamente os únicos meios de comunicação. Mas mesmo assim todos esses cursos d'água correm nos seus leitos originais e ainda têm as suas margens naturais. Nenhuma indústria se fixou na planície amazônica, de modo que também ainda não temos nenhum problema com impurificação das águas com esgotos industriais. Tanto mais seria a desejar naturalmente que esta situação invejável, agora praticamente a única no mundo, fosse mantida por todos os meios, ainda mais que muitas indústrias estão realmente procurando lugares em que água pura é barata e uma purificação dos esgotos a serem despejados no rio pode ser economizada.

Na Amazônia também ainda não existem áreas agrícolas tratadas com adubos minerais por métodos modernos, e assim a enxurrada superficial ainda não leva sais nutritivos às águas, com os quais começa sabidamente a eutroficação das águas. Por sorte também a poluição, impurificação por esgotos domésticos, ainda não influencia as águas em um grau sensível.

Em todos os rios — exceto naturalmente p. ex. no porto de Manaus e semelhantes — ainda se pode beber a água diretamente do rio aberto, sem perigo de infecções intestinais. A massa aquática do sistema do Amazonas é tão enorme — o desaguamento do Amazonas para o oceano se localiza ao redor de 200.000m3/seg. na média anual — e a população humana é comparativamente tão pequena que a capacidade de autodepuração das águas ainda é mais do que suficiente para que os produtos finais do metabolismo humano conduzidos às águas sejam decompostos em tempo exíguo.

Só algumas espécies da fauna aquática foram muito reduzidas no seu número pelos colonizadores neobrasileiros. Pois estes colonizadores neobrasileiros não vivem, como o faziam dantes os indígenas, com a natureza, apenas para satisfazer as suas próprias necessidades locais, mas começaram a explorar as fontes naturais auxiliares para a exportação. Desta maneira o manatí **(Trichechus inunguis)** praticamente desapareceu do baixo Amazonas e de seus lagos marginais e também da maioria dos outros locais em que outrora havia muitos destes animais.

A grande tartaruga fluvial **(Podocnemis expansa)** desapareceu da mesma área, e também o tracajá **(Podocnemis dumeriliana)** menor tornou-se raro. Estes animais eram capturados exatamente na ocasião em que subiam às praias arenosas para desovar e eram vendidos nos mercados de Manaus e de todas as outras cidades menores, e os ovos eram coletados aos milhões.

O grande pirarucu **(Arapaima gigas),** conhecido na Amazônia como bacalhau nacional, fornecia na sua forma sêca a principal fonte de alimento proteínico durável no interior amazônico, até que foi tão dizimado nos últimos 2-3 decênios que a sua carne hoje em dia tornou-se em regra cara demais para o consumo geral e mesmo rara. Geralmente o peixe era arpoado exatamente quando penetrava pelos furos do rio aos lagos de várzea, onde desova, cria e protege os filhotes.

Também os jacarés **(Caiman niger)** eram extraordinariamente abundantes em todos os grandes corpos d'água amazônicos até o comêço da década dos 40. Mas então descobriu-se a possibilidade de se curtir as peles de jacarés, e desde então quase todos foram transformados em cintos, bolsas de senhoras, sapatos, etc., de modo que é uma rara ocasião ver-se um ou outro exemplar de jacaré em uma longa viagem pelos rios, lagos e igapós da Amazônia. Ano após ano os cortumes de Manaus prepararam 5 milhões de peles de crocodilo anualmente. A conseqüência do desaparecimento dos jacarés de

determinados corpos d'água não é porém, como se poderia pensar, um aumento no número de peixes, mas pelo contrário, os peixes parecem ter diminuído juntamente com os jacarés. FITTKAU já analisou as causas ecológicas deste notável fenômeno.

Se nós nos voltamos das águas aos biótopos terrestres temos que realçar primeiramente as diferenças ecológicas entre terra firme e várzea.

Terra firme é a denominação dada ao terreno mais elevado, não inundável. Ela abrange de longe a maior área da Amazônia, e é constituída geralmente e em toda a Amazônia central dos sedimentos do enorme lago interno plioceno-pleistocênico que naquela época cobria toda a planície amazônica, do sopé dos Andes até o Atlântico. Os sedimentos, denominados "Série de Barreiras" e com até 300 m de espessura, originam-se geralmente do escudo das Guianas no norte e do Brasil Central no sul, e provêm de granitos e gneises e de alguns arenitos destas regiões muito velhas. Ambas as rochas-mãe são pobres em nutrientes inorgânicos para o crescimento vegetal que poderiam ser libertados pelo intemperismo. Os produtos do intemperismo foram além disso lixiviados e lavados pelas chuvas sob condições equatoriais e transportados àquele velho lago, onde por sua vez a água exercia influência sobre eles até a sua sedimentação no fundo do lago. Após o desaparecimento do lago os solos que então se formaram e o material subjacente continuaram a ser lavados pelas grandes quantidades de chuvas do clima amazônico. O resultado são solos extremamente pobres e ácidos que quase não possuem reservas em nutrientes inorgânicos para o crescimento vegetal. Apesar destas condições edáficas a terra firme é coberta geralmente com raras exceções locais, por mata alta, fechada, que confere à região o aspecto de extraordinária riqueza vital baseada em solos especialmente férteis. A aparente "fertilidade" desta paisagem encontra-se porém apenas nos nutrientes que foram acumulados durante séculos ou milênios na substância **viva** e na circulação constante e ininterrupta destes nutrientes através das gerações de árvores etc., com um mínimo de perdas. O próprio solo porém, serve mais como um substrato mecânico para a fixação da mata alta e, por intermédio da sua economia d'água, como um veículo de nutrientes para as plantas. Esta constatação é o resultado de exames das águas e dos solos na Amazônia nos últimos 2-3 decênios. Apenas a porção ocidental da planície amazônica, em conexão com a cadeia Andina, recebeu sedimentos "melhores", isto é, que provinham dos Andes com a sua rocha-mãe bem diferenciada

e intemperismo recente, atividade vulcânica e cascalho glacial recém-transportados, etc., e por isto esta porção ocidental também desenvolveu solos mais ricos em nutrientes.

Na várzea, porém, a situação ecológica é muito diferente daquela da terra firme da Amazônia central e inferior. Quando o nível dos oceanos se elevou no fim da era glacial, e com isto os grandes e largos leitos fluviais da baixa Amazônia se afogaram, os rios começaram a preencher os seus vales afogados com os próprios aluviões que traziam das regiões de suas nascentes, e formaram planícies inundáveis novas, jovens, cujo nível está em relação com o atual nível fluvial. A superfície destas várzeas é a maior no próprio Amazonas, com a sua turva água branca. Aqui apenas a sua várzea deverá ser tratada, uma vez que as zonas de sedimentação dos afluentes são relativamente sem importância e de superfície pequena. A várzea do Amazonas contudo perfaz 2% de toda a região.

A carga de sedimentos do Amazonas não provém dos velhos escudos da Guiana ou do Brasil central, dos quais se origina o material da terra firme da média e baixa Amazônia, mas a carga de sedimentos do Amazônas provém em grande parte direta ou indiretamente dos Andes com a sua mineralogia muito complexa e crosta de intemperismo jovem, etc., e já por isto as partículas trazidas pelo Amazonas, assim como também pelo rio Madeira, etc., não são tão lavadas como o material da terra firme, mas contêm muito mais reservas em nutrientes vegetais. Cada ano o Amazonas deposita durante a época da cheia, uma nova camada de sedimento fresco e mais ou menos neutro e rico na superfície das porções inundadas de sua várzea e renova desta maneira anualmente a fertilidade destas áreas. Ao longo do baixo Amazonas a várzea é coberta por floresta de várzea apenas junto à margem fluvial, i. é, a margem do rio é acompanhada nas suas porções mais elevados por uma mata de dique marginal; atrás desta o terreno se aprofunda lentamente até as depressões mais profundas da planície fluvial aluviana recente, que então é preenchida pelos rasos lagos de várzea, entre margem fluvial com a mata de dique marginal e os lagos de várzea se estendem campos naturais, inundáveis, os campos de várzea. Na várzea do alto Amazonas estes campos extensos faltam porém, e a margem da floresta atinge diretamente a superfície da água dos lagos.

Terra firme e várzea são portanto distintas quanto à idade, origem e tipo do material; igualmente distintas são também em relação à sua dinâmica atual. A terra firme é relativamente estável, no máximo uma fraca erosão e lavagem nela se verificam, mas que são apenas muito fracas enquanto as áreas de terra

firme permanecerem cobertas com floresta primária alta e densa. A várzea, porém, é inundada, como vimos, com cada cheia do rio e nela é depositada uma nova camada de sedimento, além do mais o rio trabalha nas suas margens com erosão lateral, com aterro, etc. E se focalizarmos os efeitos de um aproveitamento econômico de terra firme e várzea é de se esperar e também de verificar que estes efeitos sobre a paisagem da terra firme respectivamente várzea sejam muito diferentes, mesmo se ambas as áreas forem cultivadas com os mesmos métodos. E estes métodos consistiam desde o início na derrubada e queima da mata original e subseqüente plantio de qualquer planta útil de curto período, p. ex. mandioca, milho, arroz, etc., durante um espaço de tempo mais curto ou mais longo.

O aproveitamento da terra para fins agrícolas foi e é a principal atividade dos colonizadores europeus e dos neobrasileiros que lhes seguiram, e este aproveitamento agrícola só foi interrompido temporariamente pelo "Rubberboom", a época áurea da borracha, ou localmente por corridas do ouro ou do diamante. Apenas nos últimos anos um pouco de indústria se fixou em alguns poucos lugares.

Por isto queremos começar com as práticas agrícolas na Amazônia e os seus efeitos sobre a ecologia da paisagem. Naturalmente o pensamento ecológico não foi a base para uma extensão e desenvolvimento da agricultura ou para a introdução dos princípios agronômicos europeus na região amazônica. Só em época bem recente, há menos de 25 anos, o então diretor do Instituto Agronômico do Norte em Belém, Dr. Felisberto C. Camargo, iniciou, como o primeiro e com base na sua própria compreensão da ecologia da região, e auxiliado pelos resultados dos trabalhos de seus colaboradores, a desenvolver idéias gerais para um aproveitamento futuro, duradouro e produtivo da vasta terra.

Até então porém, i. é, até após a 2.ª guerra mundial, a "mentalidade do extrativismo" dominava sem restrições o pensamento econômico na Amazônia. Certamente já existiam antes, desde o início da colonização e povoamento portugueses, diversas tentativas de se instalarem zonas agrícolas, mas até os anos 80 do último século o degrau dos indígenas nativos não foi ultrapassado em princípio: em qualquer lugar que de alguma maneira parecia propício foram iniciadas pequenas plantações de mandioca e abandonadas após 1 ou 2 colheitas, após o que uma nova roça era preparada em qualquer outro sítio pela mesma maneira de derrubada e queima, e uti-

lizada nos próximos 2-3 anos e era depois novamente abandonada, etc.

Este sistema de uma extensiva "shifting cultivation" era porém suportável para a terra e não trazia prejuízos enquanto a população humana permanecia extremamente pequena e as roças significavam apenas pontadas de agulha, além disso muito distantes entre si, na cobertura florestal de maneira geral densa, pontadas de agulha que rapidamente saravam após o primeiro abandono. A capacidade de tamponamento do sistema florestal não foi ultrapassada, e em 30 a 40 anos após o abandono de uma tal roça só um botânico podia distinguir estas manchas de antigas roças da mata virgem através da composição específica da vegetação dendrítica, mas não pelo aspecto geral.

Também ainda hoje nada pode ser dito por enquanto contra uma continuação deste tradicional sistema naquelas regiões em que a densidade da população ainda é extremamente baixa e o plantio, a colheita é apenas utilizada para as necessidades locais. E por sorte a densidade da população na maior parte da Amazônia realmente ainda é uma das mais baixas da Terra: o Estado do Pará — sem a capital Belém com mais de 550.000 habitantes, inclusive porém as cidades menores e várzeas do baixo Amazonas e também da assim chamada Zona Bragantina ao leste de Belém — tem apenas 0,9 habitantes por km2, o Estado do Amazonas — sem a capital Manaus (agora com cerca de 300.000 habitantes) — menos de 0,3 habitantes por km2. As áreas entre os diversos cursos d'água são mesmo praticamente de todo desabitadas.

Só uma vez durante o período colonial a agricultura foi tentada em maior escala na terra firme do baixo Amazonas. Isto foi quando missionários jesuítas desde o fim do século 17 até os meados do século 18 concentraram ao redor de Villa Franca, na margem ocidental do baixo rio Tapajós, 1.000 habitantes nativos e lhes ensinaram práticas agrícolas. Mas deve ser colocado em dúvida se uma tal agricultura nesta região teria mostrado um sucesso duradouro caso esta experiência não tivesse encontrado um fim prematuro através do célebre decreto do ministro português Marquês de Pombal, que em 1756 baniu os jesuítas do Brasil. Exatamente nesta região, ao redor do baixo rio Tapajós, encontramos hoje em dia áreas maiores e menores em que a mata é substituída por campos improdutivos e pobres, em que muitos indícios falam a favor de uma origem antropogênica. Hoje em dia sabemos da pobreza destes solos da terra firme com relação às substâncias nutritivas para o crescimento vegetal, e exatamente naquela

zona acresce-se a esta pobreza ainda um clima relativamente sêco, em que acontece que em alguns anos não cai uma gôta de chuva em uma série de 4 semanas. Esta condição climática naturalmente influencia ali a economia d'água dos solos da terra firme. Pois quando a floresta é extinta ali em extensões maiores, o período de sêca pode ser suficiente para, juntamente com a erosão seletiva da superfície desnudada do solo, que permite que o solo se torne arenoso superficialmente, perturbar a economia d'água a ponto de árvores florestais jovens não poderem ressurgir, em conseqüência o terreno é tomado pela vegetação de campo (savana), à semelhança do cerrado do Brasil central. Outras práticas novas que modificaram o velho modo de vida dos indígenas só foram introduzidos ao longo do baixo Amazonas nos campos de várzea naturais, e uma destas inovações foi a introdução de gado europeu e sua criação, não apenas para o uso dos habitantes locais, mas também para a manutenção das pequenas cidades récem-fundadas, como Santarém, Óbidos, etc., assim como plantações de cacau de extensão maior ou menor. Naquela época estas plantações de cacau eram mantidas com escravos, e quando nos anos 80 do século passado a escravidão foi abolida no Brasil também estas plantações foram abandonadas aos poucos e desapareceram mais e mais. Hoje em dia apenas pequenos "cacauais" podem ser encontrados, principalmente na região pouco acima de Óbidos até abaixo de Santarém, mas a sua produção é econômicamente insignificante. A maioria das plantações de cacau desapareceu novamente sob a mata de várzea, que rapidamente voltou a crescer, de modo que a antiga atividade humana não deixou nenhuma modificação definitiva na paisagem da várzea. Pecuária extensiva porém se manteve, e é hoje de grande importância econômica apesar das dificuldades e grandes perdas sofridas pelos rebanhos através das inundações anuais.

Os anos 80 do século passado significam pois o início de um novo período na Amazônia, e isto sob 2 aspectos.

Em primeiro lugar começou naqueles anos o "Rubberboom", a época áurea da borracha, na qual a mentalidade do extrativismo festejou os seus maiores triunfos. A borracha nativa foi explorada nas regiões mais afastadas até onde os cursos d'água penetravam no interior da ampla terra, e o preço da borracha bruta, que subiu até 1 libra esterlina por libra (454 g) fez com que outras atividades humanas se tornassem desinteressantes e caíssem em esquecimento. Milhares e milhares de seringueiros foram importados, na maioria das vezes dos estados do nordeste, com população relativamente densa,

e que sofrem sob sêcas periódicas, e mandados ao interior da Amazônia, onde os seringalistas possuíam terras de às vezes alguns milhares de km2 cobertos de mata virgem intocada, nas quais cresciam as árvores selvagens de **Hevea.** Ninguém pensou em instalar plantações artificiais de seringueiras, pois a idéia geral era de que o mundo dependeria para sempre da borracha amazônica, e para onde era longe demais para erigir um assim chamado "centro" eram mandadas expedições para retirarem de uma vez a maior quantidade possível de borracha. Isto naturalmente não era conseguido através de cortes apropriados nas cascas das seringueiras e dos quais as árvores rapidamente se recuperavam e através de anos podiam ser cortadas sempre de novo, fornecendo cada vez uma determinada quantidade de látex, mas lá, nas partes mais longínquas da Amazônia, as seringueiras eram simplesmente derrubadas para que se pudesse extrair de uma vez todo o látex que continham. Desta maneira naturalmente a floresta empobrecia em árvores nativas de **Hevea,** mas a floresta como um todo felizmente não foi destruída. O que antigamente aconteceu naquelas regiões com as árvores nativas de **Hevea** continua contudo ainda hoje em algumas zonas com a derrubada de pau-rosa e outras espécies boas de madeira, que são retiradas das matas e naturalmente não são repostas ou replantadas. Quando a primeira borracha cultivada do sudeste asiático apareceu no mercado mundial em 1912 e pressionou o preço da borracha, todo o fantasma das expedições e da destruição das seringueiras desapareceu repentinamente para bem longe no interior amazônico.

Quanto a isto, a época áurea da borracha foi uma fase passageira na natureza da Amazônia exceto naturalmente a tragédia humana dos seringueiros abandonados, que com o tempo porém integraram o seu estilo de vida na estrutura do eco-sistema florestal e aquático, e que adotaram uma série de antigas práticas indígenas. Excetuadas estão também as duas grandes cidades Belém e Manaus, que cresceram na época áurea da borracha e viveram no luxo, e as regiões ao redor destas cidades, principalmente ao redor de Belém, que não desapareceram mas continuaram existindo.

Mas voltando ao início da época áurea da borracha: Belém, a porta de entrada ao Amazonas, tornou-se uma cidade de rápido crescimento, e quando lá se anunciou o bem-estar econômico os governantes olharam para a aparente fertilidade da região florestal a leste de Belém com o propósito de transformá-la em uma fonte constante do abastecimento, etc. para a cidade em crescimento. Foi desenvolvido um esquema de

colonização planejado e administrado por uma instituição oficial, e em 1883 começou-se a construção de uma estrada de ferro com uma extensão de 300 km de Belém a Bragança, que foi concluída finalmente em 1908 e que tinha o alvo de abrir a região através da possibilidade de comunicação, de estimular o povoamento através de imigrantes e oferecer a possibilidade de um transporte rápido e seguro dos bens produzidos ao centro consumidor de Belém. O governo organizou e estabeleceu as áreas das assim chamadas colônias, i. é, dos diversos povoamentos, e no decorrer dos anos algumas dezenas de milhares de colonos agrícolas — principalmente espanhóis, portugueses dos Açôres, franceses — foram trazidos à assim chamada Zona Bragantina.

Mas apesar de todos estes esforços das colônias criadas pelo governo estas não floresceram, e a maioria dos colonos partiu novamente. Com relação a isto escreve Eugênia Gonçalves Egler: "As causas deste fiasco sempre são procuradas nos administradores seguidos, em uma falta de administração adequada das colônias, no auxílio oficial insuficiente e na falta de propaganda em outros países para atrair um número maior de imigrantes. Causas reais, como baixa fertilidade dos solos, dificuldades climáticas ou o aparecimento de parasitas ou pragas nas plantações nunca são mencionadas."

Mais tarde vieram imigrantes por iniciativa própria à Zona Bragantina, por vezes também em número maior, e se fixavam em algum lugar nas proximidades da estrada de ferro. Em 1915 p. ex., vieram 30.000 cearenses após uma grande seca no Estado do Ceará. E todos estes imigrantes derrubaram e queimaram a mata alta para fazerem plantações, e ocuparam aos poucos toda a Zona Bragantina. Mas "a obra desta gente consistiu na destruição de ouro para a produção de prata", como um sábio brasileiro, Dr. Amaro Theodoro Damasceno Jr., a chamou certa vez, e como Camargo, que o cita, é da opinião: "De fato, a derrubada da mata foi uma destruição de ouro, e a produção de farinha de mandioca, arroz e outros cereais foi uma produção de prata. O médico Damasceno não pode ser mais feliz com esta comparação, mas o pior de tudo é que a destruição brutal destas riquezas florestais perdura até hoje."

Devemos acrescentar que hoje, 22 anos após esta triste constatação de Camargo, a destruição da mata alta atingiu não apenas toda a região da Zona Bragantina, i. é cerca de 30.000 km2, mas que no entretempo ultrapassou em muito o limite meridional desta região, representado mais ou menos pelo Rio Guamá, e agora também acaba com a paisagem ori-

ginal ao longo da nova estrada Belém—Brasília em uma faixa de 20 km de largura, hoje em dia em alguns trechos já com 100 km de largura.

O método de aproveitamento que aqui foi e é aplicado, foi e é a já mencionada "shifting cultivation" através da derrubada e queima de uma área de mata virgem, seguidas do plantio em geral de mandioca (na Zona Bragantina no início e localmente de preferência também milho, arroz, cana-de-açúcar, algodão, fumo etc.) e do abandono da roça após a 2.ª colheita, no máximo e raramente após a 3.ª. "Capoeira", mata secundária pobre, cresce então na roça abandonada, e após 8—10 anos é novamente derrubada e queimada para possibilitar uma nova plantação na mesma área por mais um ano com uma única colheita. Após isto porém qualquer novo aproveitamento da mesma área não é mais tentado em geral no interior da Amazônia, na Zona Bragantina contudo às vezes cada 10 anos.

Desde que se iniciou a colonização naquela região, novas áreas florestais sempre foram tratadas desta maneira. E o velho método da "shifting cultivation", que foi tolerada sem mais pela mata enquanto só era praticada em pequenos pontos isolados, teve aqui na Zona Bragantina, com a sua população em rápido crescimento (já em 1950, 8 habitantes por km2, sem Belém naturalmente) e com a aproximação cada vez maior das roças, o efeito de uma destruição completa da paisagem através da aplicação deste método em largas áreas contínuas. A mata se afastou cada vez mais das vias de comunicação da região, da ferrovia, mais tarde das estradas, e foi substituída pela sequência monótona de capoeiras. Onde antes havia uma mata exuberante e alta, temos agora extensas áreas de mato pobre em um solo que se torna cada vez mais arenoso pela erosão seletiva, e só alguns esqueletos isolados agora sempre mais raros, de árvores de mata virgem atestam o crescimento outrora exuberante naquela região.

A economia de nutrientes da antiga sociedade florestal, aquele ciclo de nutrientes através da substância viva em um sistema fechado, foi perturbada da mesma maneira com a economia de água do solo, e mesmo modificação local do clima foi verificada em forma de período de seca mais extensos através do efeito de áreas maiores, desnudadas.

O resultado final de um tal "desenvolvimento" foi atingido em tempo relativamente curto. A introdução das plantas de fibra malva (**Pavonia malacophylla)**, uma planta seguidora da civilização nas beiras de caminho — e Uacima (**Urena lobata)** que substituíram muitas capoeiras nas antigas plantações nos

solos empobrecidos, trouxe uma recuperação passageira no declínio geral. Mas também estas novas plantas úteis, assim como a utilização das capoeiras para carvão vegetal só contribuiram para concluir em menos de 50 anos o quadro da paisagem-fantasma, como o chamou Eugênia Egler.

Nesse entretempo também foram fundadas "Colônias Agrícolas" em outras partes da Amazônia, p. ex., atrás de Santarém, atrás de Monte Alegre e Alenquer, e se expandiam sempre mais para o interior. De modo geral também estas Colônias não tiveram melhor sucesso e melhor sorte do que a Zona Bragantina, mas felizmente eram todas de tamanho menor.

Nas experiências agrícolas na terra firme da baixa Amazônia ainda devem ser mencionadas 2 iniciativas privadas de companhias japonesas de plantação, que tentaram criar centros de povoamento agrícola com imigrantes rurais do Japão. O primeiro destes dois centros, situado no Rio Uaicurapá (ao sul de Parintins) dissolveu-se porém já após poucos anos, pois os colonos japoneses ficaram desesperados com a falta de sucesso e revoltaram-se mesmo. O outro centro, Tomé-assú no Rio Acará-pequeno (150 km ao sul de Belém), teve como primeiro escopo uma plantação maior de cacau, que porém malogrou. A colônia decaiu, um processo que ainda foi intensificado e acelerado por uma epidemia muito forte de malária que vitimou muitos dos colonos japoneses e que motivou ou a emigração de muitos outros destes colonos para o sul do Brasil ou a volta ao Japão. Os japoneses que porém permaneceram em Tomé-assú passaram a cultivar verduras para o mercado de Belém e de criar assim para si uma nova base econômica.

Os malogros das companhias japonesas porém foram acompanhadas e por fim superadas pelos últimos sucessos que ainda foram conquistados na região amazônica de maneira intuitiva e empírica, a saber com novas plantas agrícolas úteis, pimenta e juta.

Por volta de 1930 um previdente imigrante japonês do grupo de Tomé-assú trouxe sementes de pimenta negra **(Piper nigrum)** para a Amazônia, e quando durante a 2.ª guerra mundial o governo brasileiro transformou a antiga concessão japonesa de Tomé-assú em uma colônia estatal e em um campo de concentração, os colonos japoneses começaram ali a desenvolver o cultivo da pimenta, de modo que puderam oferecer o seu produto, novo para a Amazônia, ao mercado brasileiro e em breve ao mundial. Desde então a pimenta tornou-se a base de um aproveitamento intensivo completamente novo da terra firme amazônica. Tomé-assú começou a florescer, e as

plantações de pimenta logo também se expandiram à Zona Bragantina e para perto de Manaus.

Nos finais dos anos 20 um outro imigrante japonês trouxe algumas sementes de juta **(Corchorus capsularis)** da Índia. Após o declínio da colônia no Rio Uaicurapá ele plantou a juta perto da pequena cidade de Parintins no baixo Amazonas, mas na várzea do Amazonas, não na terra firme. Esta foi a introdução de uma outra planta útil na Amazônia que se espalhou muito depressa ao longo das margens de várzeas do baixo Solimões e do Amazonas até abaixo de Santarém. Em menos de 10 anos a juta conquistou o 2.º lugar entre os produtos de importância econômica — e a juta também modificou o aspecto de longos trechos nas margens do baixo Amazonas, onde substituiu a mata de dique marginal primitiva por longas fileiras de juta plantada.

De há muito os colonos se fixaram com as suas choupanas e pequenas plantações de milho, feijão, etc. em outros lugares do dique marginal da várzea, e ali removeram localmente a mata que outrora acompanhava a margem do Amazonas. Mas todas estas modificações no aspecto e na cobertura vegetal da várzea, assim como a queima anual dos campos naturais durante o período da seca para a rápida produção de gramíneas forrageiras frescas para os rebanhos de gado não destruiu e não destrói a várzea como um todo, como um biótopo de alta produtividade. O próprio grande rio encontra-se em constante atividade e modifica a sua ampla planície de inundação, ele erode de um lado, ele sedimenta novos terrenos do outro lado, e traz anualmente uma camada fértil de silt, barro e argila a todas aquelas áreas que são cobertas pela turva água branca do Amazonas no período de cheia. Desta maneira a fertilidade destas regiões é renovada anualmente.

Para estender as áreas de solo de várzea fértil, recém-sedimentado, mais terra a dentro, i. é aos rasos lagos de várzea, o antigo diretor do Instituto Agronômico do Norte, Dr. Felisberto C. de Camargo desenvolveu e também executou um plano de conduzir com a subida do nível do rio na época da chuva uma maior quantidade de água do Amazonas turva e rica em sedimentos aos lagos de várzea do que normalmente acontece com a submersão dos diques marginais naturais ou através de alguns estreitos cursos d'água naturais, assim chamados furos, que conectam o rio com os lagos de várzea. Na estação experimental de Maicurú, Camargo deixou escavar diversos canais artificais através do dique marginal da várzea, e por estes passa água do Amazonas com forte correnteza aos lagos de várzea situados por detrás, onde a água estagna e

deposita a sua carga de sedimentos. Com isto o solo do lago é elevado, de modo que permanece seco durante uma maior parte do ano e então pode ser utilizado para plantações ou também para áreas de pasto. As rachaduras que aparecem nestes solo recém-depositado após a secagem na época da seca fornecem uma idéia da capacidade de adsorção destes solos novos, e podem ser tidos como um sinal indireto de sua fertilidade.

Ainda não pode ser dito que outros efeitos poderão surgir no futuro com o preenchimento de partes dos lagos de várzea por meio de sedimentação dirigida. O influxo de uma quantidade maior de água para dentro dos lagos de várzea, que às vezes são de enorme extensão (20 x 60 km de tamanho e mais), que também só possuem estreitos canais de saída e se localizam em uma região com declive extraordinariamente pequeno, parece conduzir a uma subida do nível da água na margem oposta do lago, i. é nas margens dos lagos situados em direção rio abaixo; e parece que naqueles lados áreas maiores são agora inundadas anualmente. Mas todos estes efeitos finais que resultam da grande experiência, ainda não podem ser verificados agora se são ao todo mais favorávveis ou mais desvantajosos para a vida do homem na várzea. A longo prazo porém não deve ser esquecido que tudo o que o homem modificou até hoje na várzea é pouco em comparação com as constantes modificações, a ininterrupta destruição de todo o terreno da várzea, causadas pelas atividades do próprio grande Amazonas.

Só se o homem de fato realizar um dia o fantástico programa do grande dique atravessando o baixo Amazonas e submergir uma área de 300—400.000 ha, incluindo todo o vale do baixo Amazonas, então a sua interferência teria um efeito duradouro e definitivo na várzea, a saber o seu desaparecimento.

Mas espero, e penso que todos esperamos, e faremos o melhor possível para que este plano gigantesco mas da mesma maneira cruelmente brutal nunca venha a se concretizar. Em todo o caso o governo brasileiro foi até agora bem compreensivo em não deixar que este plano, desenvolvido pelo Hudson-Institute norte-americano, fosse levado à execução.

Ainda existem outras possibilidades suficientes para uma atividade humana na região amazônica, que não seriam tão prejudiciais para o valor da paisagem amazônica (valor no sentido da escala empírica experimental amazônica) e que não diminuiria a produtividade do ecosistema. A base para toda

e qualquer interferência neste ecosistema deve ser porém a compreensão de sua ecologia.

A primeira idéia para um aproveitamento da região amazônica em base ecológica foi desenvolvida e programada por Felisberto C. de Camargo nos primeiros anos após a 2.ª guerra mundial, i. é aproximadamente há 20—25 anos.

Naqueles anos tornou-se conhecida a pobreza geral da maioria dos solos amazônicos da terra firme através de muitas pesquisas, realizadas principalmente por Camargo e seus colaboradores no Instituto Agronômico do Norte, em Belém. Os fracassos dos esforços agrícolas forneceram os primeiros indícios desta pobreza, mas posteriores análises do solo e análises químicas das águas naturais, que ambas foram executadas no instituto de Camargo, forneceram a prova definitiva para isto.

A várzea porém é constituída de outro material do que a terra firme, e é renovada constantemente.

Camargo partiu destas constatações e distinguiu fundamentalmente entre aqueles dois principais biótopos terrestres da Amazônia com relação ao seu aproveitamento prospectivo. Para cada um destes dois biótopos fez planos diferenciados e sugestões para um cultivo prático.

Segundo as idéias de Camargo, doravante a agricultura a curto prazo deverá ficar restrita à várzea, enquanto a terra firme deverá ser reservada para plantações a longo prazo e principalmente para silvicultura, que em espaços de tempo mais longos até poderá aproveitar a reposição de nutrientes inorgânicos das reservas extremamente pequenas nos solos e da água pluvial. Um esquema que Camargo desenhou para a região de Belém (Rio Guamá) vale em princípio também para toda a planície Amazônica, com a única diferença de que no baixo Amazonas com as suas várzeas cobertas de campo deverá ser acrescentada a criação extensiva de gado, com a instalação de pastos de reserva artificiais para a época das enchentes do rio no terreno da terra firme próxima.

Este esquema é portanto um primeiro resultado da aplicação do pensamento paisagístico-ecológico e compreensões paisagístico-ecológicas para o aproveitamento agrícola da nossa região, um aproveitamento que não tem em mente uma exploração a curto prazo segundo a velha sentença "Après nous le déluge", mas uma conservação da vivacidade das paisagens amazônicas e de sua produtividade. Este esquema é especialmente apropriado e efetivo para o cultivo das várzeas na região do estuário do Amazonas, em primeira linha em relação a um ulterior desenvolvimento da cultura do arroz. Teori-

camente existe a possibilidade que Camargo também já viu, de envolver as rasas ilhas de sedimentação no estuário do Amazonas com diques baixos, diques que deveriam ser providos de comportas. Com isto poderiam-se criar, após a eliminação da mata de várzea que se encontra nestas ilhas, largas áreas para o cultivo de arroz, cuja produção poderia suprir talvez a metade da demanda mundial. O aspecto da paisagem destas ilhas naturalmente se modificaria, a misteriosa floresta com a sua escuridão desapareceria, mas em seu lugar se desenvolveria uma paisagem que por certo se assemelharia a uma das mais velhas paisagens culturais do mundo, qual seja a do delta do Ganges, onde após milhares de anos ainda se manteve a sua fertilidade e produtividade e também uma beleza especial. O cultivo da terra firme porém é um outro problema.

A silvicultura, que certamente seria a forma mais aconselhável de aproveitamento de grandes áreas, ainda se encontra nos primeiros passos. A primeira grande experiência foram as célebres plantações de seringueira da Ford Motor Company em Fordlândia e Belterra no baixo Tapajós, que foram iniciados em 1926. A fundação da primeira plantação de borracha Fordlândia teve razões econômicas — o preço da borracha era controlado e mantido pelos ingleses e holandeses, que naquele tempo retinham o monopólio da borracha cultivada em suas grandes plantações no sudeste asiático e na Indonésia. Com o propósito de conseguir próprias plantações americanas de seringueiras, Ford foi até quase o mesmo local do qual 50 anos antes, 1876, Sir Henry Wickham exportou clandestinamente sementes de **Hevea brasiliensis** e levou para Kew Gardens, com o que começou o romance da borracha cultivada. Defronte à pequena aldeia Boim no Rio Tapajós Ford recebeu do governo brasileiro em 1926 uma concessão de 10.000 km2, que se chamou Fordlândia. Em curto tempo foram derrubadas e queimadas grandes áreas de mata virgem, povoações higienicamente limpas foram erigidas e cerca de 800.000 árvores de **Hevea** foram plantadas. O projeto foi planejado para um grande futuro e uma população de 100.000 pessoas. Uma grande quantia em capital foi investida, também uma grande serraria, naquele tempo a maior de toda a América do Sul, foi construída para aproveitar as árvores florestais. Nas margens do Rio Tapajós foi construído um cais de embarque, no qual também podiam atracar transatlânticos, pois o rio é navegável até ali por vapores de até 10.000 toneladas na época das enchentes.

Mas o sucesso deste grande empreendimento não veio. Em primeiro lugar o terreno acidentado de Fordlândia, que fora escolhido mais por razões históricas do que por bons conhecimentos locais, não era muito apropriado para a coleta de látex de borracha. Em segundo lugar, madeira utilizável não só do terreno da própria plantação, mas também de toda a vizinhança, de onde as árvores podiam ser trazidas em balsas, se esgotou em curto tempo, e dentro de 2 anos a serraria teve que ser fechada. O desastre começou alguns anos mais tarde, cerca de 1932, quando as árvores de **Havea** da plantação foram atacadas pela "south-american leaf disease". O fungo **Dothidella ulei** atacou as folhas, de modo que as árvores foram muito afetadas e por fim morreram. Esta doença é desconhecida nas plantações de borracha do oriente; ela sô aparece nos trópicos americanos sob forma violentamente epidêmica, mas aqui também apenas em plantações com um grande número de árvores de **Hevea,** nunca nas seringueiras selvagens da mata virgem amazônica, onde as árvores no seu habitat natural estão afastadas 100 m e mais uma da outra, e desta maneira estão isoladas e protegidas pelas árvores de outras espécies e gêneros contra o ataque dos esporos do fungo causadores da doença.

Em Fordlândia, porém, a doença logo afetou todo o serIngal, toda a plantação, que nunca mais se recuperou. Mas Ford não desistiu; em 1934 trocou 1/4 da concessão por um outro terreno, Belterra, localizado 100 km abaixo no mesmo Rio Tapajós em um planalto completamente plano cerca de 150 m acima do nível do rio Tapajós (165 m acima do nível do mar). Aqui iniciou uma nova plantação de seringueiras ainda maior com finalmente 2.000.000 de árvores. Mas também aqui surgiu a doença da **Dothidella**. Esta plantação pôde ser salva pelo truque do enxêrto duplo, através do qual todas as árvores de Belterra eram constituídas finalmente de três indivíduos: árvores jovens foram criadas de sementes nativas de **Hevea brasiliensis,** que estão adaptadas às condições do solo amazônico; mas após 2 anos foram cortadas logo acima do solo e lhes foram enxertados pedaços de clones orientais de **H. brasiliensis,** que lá no sudeste asiático foram cultivadas para um alto rendimento de borracha. Estes clones asiáticos porém eram muito suceptíveis ao ataque de **Dothidella**, e assim após mais dois anos as copas destes novos troncos foram novamente cortadas e substituídas por copas de uma outra espécie do gênero **Hevea,** ou seja por **H. benthamiana** ou **H. spruceana**. Estas outras espécies de **Hevea** são por sua vez resistentes contra **Dothidella,** e como a produção de látex não

ocorre nas copas, mas nos caules das seringueiras, o rendimento de borracha das árvores agora constituídas de 3 indivíduos de 2 espécies distintas do gênero **Hevea** não é por fim reduzido, em comparação com indivíduos puros de **Hevea brasiliensis**.

Mas uma plantação de borracha na base do enxêrto duplo não traz proveito do ponto de vista econômico, e quando, com o término da 2.ª guerra mundial, a demanda de borracha não foi mais tão grande como durante a guerra, Ford cedeu as suas plantações no Rio Tapajós ao governo brasileiro, que incumbiu o Instituto Agronômico do Norte sob a direção de Felisberto C. de Camargo da sua administração.

Nos anos seguintes Camargo começou com a primeira experiência maior de plantação de madeiras econômicas amazônicas e parcialmente também obteve resultados muito promissores. Além disso substituiu largos trechos do seringal plantado e doente por pasto plantado e introduziu, em ligação com as áreas naturais de pasto nas ilhas sedimentares ("várzeas") no Rio Tapajós, a criação de raças de gado selecionadas e rebanhos de gado zebú e de búfalo indiano.

Em Belterra foram executadas experiências para a obtenção de variedades de **Hevea** resistentes à **Dothidella** por meio de seleção e cruzamento, e as plantações de seringueira continuaram a ser tratadas, de modo que se desenvolveram dentro de 10 anos em uma mata aberta.

Em Belterra o rendimento de látex das diversas seringueiras era relativamente bom, se bem que o látex continha pouca borracha, mas o crescimento do próprio seringual plantado era notavelmente lento. As causas destas duas circunstâncias podem ser que o látex contém uma grande quantidade de fosfatos que naturalmente são retirados das árvores pela extração periódica, enquanto o solo é conhecidamente muito pobre em fosfatos. Camargo fez uma experiência com uma adubação do seringal com adubo N-P-K completo, e nesse ano o seringal realmente deu um salto adiante, mas essa experiência infelizmente não pôde ser repetida e também não era suportável economicamente. A sorte dos seringais da Ford no Rio Tapajós não pôde ser evitada. Permaneciam um empreendimento de subvenção, até que há mais de 10 anos foram separadas da organização do Instituto Agronômico do Norte e desde então perderam o seu significado como centro de uma iniciativa arrojada para o aproveitamento da terra firme amazônica por meio de plantações.

Por isso é mais interessante que até agora apenas 2 práticas no tratamento da terra firme levaram a um sucesso em

menor escala, i. é uma nova estabilidade com concomitante valor econômico para o homem. Estas duas práticas baseiam-se em uma compreensão intuitiva ou racional da realidade ecológica e da estrutura interna da paisagem amazônica.

Uma destas práticas foi uma experiência imaginada e duas vezes executada por Mr. Sakae Oti, um antigo membro da companhia japonesa que fundara a colônia de Uaicurapá. Baseou-se no método da velha "shifting cultivation", mas exatamente o "shifting" foi evitado, e como meta foi escolhida uma nova floresta estável com rendimentos constantes para o homem em lugar de áreas de capoeiras em solos empobrecidos, e também foi atingida.

Uma determinada área, não grande demais (a 2.ª experiência abrangia 25 ha), de floresta virgem foi derrubada pela maneira usual e queimada, como se prepara uma roça, mas o tratamento subseqüente da área preparada não correspondeu mais ao costume até então generalizado, mas consistiu no plantio concomitante de arroz, tão junto quanto possível, de mandioca com 1 1/2 m de distância, de Guaraná **(Paulinia sorbilis)** (também café seria igualmente possível) com 6 m de distância e de castanheiras-do-Pará **(Bertholetia excelsa)** com 18 m de distância.

O arroz cresceu rapidamente e forneceu com as cinzas da mata queimada uma boa colheita dentro de 3 meses, e esta colheita pagou todas as despesas para a preparação da área. Após 1 ano e meio a mandioca estava madura para a colheita, e ela pagou as demais despesas para a manutenção da limpeza da plantação. No período seguinte o guaraná cresceu muito e forneceu os primeiros frutos em cerca de 6 anos e finalmente, após cerca de 15 anos, as castanhas-do-Pará começaram a produzir as suas castanhas, de modo que após este tempo uma floresta nova e produtiva tinha substituído a mata virgem original e por sua vez cobria e protegia novamente o solo e trazia anualmente um bom rendimento para os colonos. Um outro aspecto favorável deste empreendimento em área pequena foi também o fácil caminho da execução: não precisou ser investido um grande capital para um tempo mais longo, todas as medidas se pagavam por si próprias através das colheitas subseqüentes dentro de curto tempo.

Este sistema pode e deveria ser variado naturalmente através de experiências com diversas plantas cultivadas e diversas árvores florestais, mas o seu principal e duradouro efeito final, almejado sempre, será o fato de que um ecosistema florestal estável é mantido como base da paisagem amazônica.

A segunda prática economicamente sadia foi elaborada exatamente nos últimos anos por engenheiro alemão, o senhor Ernst Rettelbusch, filho de uma velha família de camponeses da Turingia. A meta não foi silvicultura, mas uma agricultura estável no terreno da terra firme, e esta meta foi — após anos de fracasso com o velho sistema usual na Amazônia — atingida em um terreno perto de Marituba, 20 km a leste de Belém, i. é exatamente na Zona Bragantina. Os conhecimentos obtidos nesta experiência e os métodos aplicados podem ser norteados em princípio para um futuro cultivo intensivo da terra firme amazônica, de modo que serão relatadas aqui com mais pormenores.

A base de qualquer produção agrícola duradoura é, como sabemos, uma simples conta aritmética. Para produzir uma boa colheita diversos fatores ambientais são necessários, dentre os quais os principais devem ser:

1. área
2. energia solar
3. calor
4. água e
5. nutrientes inorgânicos para o crescimento vegetal.

E o que é retirado destes nutrientes inorgânicos para o crescimento vegetal e levado com as colheitas, e o que também é perdido por outros processos, isto deve ser devolvido ao solo de alguma maneira. Ou os nutrientes inorgânicos a serem repostos se originam das próprias reservas do solo, ou então devem ser acrescidos artificialmente de fora.

Dos fatores mencionados temos na terra firme amazônica em quantidade suficiente:

1. áreas para as plantações
2. energia solar
3. calor e
4. geralmente também água durante o ano inteiro. Mas o que existe em quantidade insuficiente ou mesmo falta são os nutrientes inorgânicos, principalmente fosfatos e potássio, nitrogênio talvez em pequena quantidade, às vezes micronutrientes, p. ex. cobalto. Isto significa que o homem, para poder colher, deve fornecer aos solos artificialmente essas substâncias, presentes em quantidade insuficiente para o crescimento vegetal.

O método mais simples para um tal fornecimento seria teoricamente naturalmente a adubação usual das áreas das plantações com adubo mineral, com o que o adubo naturalmente deve corresponder na sua composição às necessidades locais. Um tal procedimento na região amazônica seria con-

tudo apenas as transposição precipitada de uma técnica desenvolvida na zona climática temperada do hemisfério norte e correspondente às condições ali reinantes, sem consideração das peculiaridades exatamente existentes na Amazônia, principalmente em relação às propriedades físicas dos solos e das quantidades de chuva.

Pois os solos da terra firme da baixa Amazônia não são apenas quimicamente pobres, mas também contêm além disso apenas muito poucos colóides que poderiam reter os sais de adubo acrescidos. Em conseqüência o adubo mineral seria lavado pelas chuvas fortes e freqüentes e com isso perdido para a plantação. Seria necessário repetir a adubação cada semana ou cada segunda semana, um procedimento que seria irracional e antieconômico. A tarefa técnico-agrícola consistia em encontrar um método para um fornecimento constante e econômico de adubo. Este problema foi solucionado em princípio e na prática pelo engenheiro Ernst Rettelbusch através de uma combinação entre criação animal intensiva e agricultura intensiva. A sua "Granja Imperial", com cerca de 240 ha de tamanho, da qual atualmente apenas cerca de 1/3 é aproveitado enquanto o resto ainda representa em parte mata virgem autêntica, é um modelo para outros empreendimentos. No seu terreno foram plantadas cerca de 20.000 pimenteiras e são mantidos até 20.000 galinhas, 500 porcos e atualmente 150 cabeças de gado. Em lugar de introduzir adubo mineral e fornecê-lo diretamente ao solo, a maior parte do alimento para os animais é importado de fora, principalmente do sul do Brasil. Na passagem do alimento pelos animais estes aproveitam as proteínas, gorduras, carboidratos, etc., contidos no alimento, enquanto a maior parte dos minerais contidos no alimento, inclusive os micronutrientes, é de novo eliminada, e isto é juntamente como colóides orgâincos, ou seja sob forma de adubo animal — que durante séculos também foi a base da fertilidade duradoura dos campos na Europa.

Este adubo animal é então dado à plantação como fornecedor de nutrientes, que se mantêm durante mais tempo do que adubo mineral. E em grandes traços o aspecto econômico deste procedimento é que os produtos animais, como ovos, leite, carne, etc., pagam aproximadamente as despesas da granja, enquanto a pimenta representa renda líquida. Naturalmente uma combinação entre criação animal e agricultura em uma tal granja é muito mais complicada nos seus pormenores do que pode ser descrita aqui. Também as modificações e adaptações à situação do mercado local e internacional são necessárias, e isto significa que uma receita permanente para

uma agricultura lucrativa na Amazônia não pode ser fornecida em todos os pormenores. Mas estas pequenas e por vezes também maiores adaptações e modificações, que constantemente são necessárias, como sempre na vida são o caso quando ela se quer impor — não são mais do que variações de um tema geral e não modificam o princípio fundamental encontrado para uma revalorização agrícola da terra firme da baixa Amazônia em concordância com as dadas condições paisagístico-ecológicas. O processo elaborado pelo engenheiro Rettelbusch leva em consideração tanto as propriedades químicas e físicas do solo como também o clima; significa, uma vez que se destina ao aproveitamento de áreas relativamente pequenas, uma desistência do velho sistema "colonial" da exploração extensiva de áreas cada vez maiores, e com isto significa uma diminuição do perigo da erosão traz consigo também a possibilidade de manter mais facilmente paisagens naturais originais sob forma de parques nacionais ou semelhantes, para que gerações futuras ainda possam saber e vivenciar como era a região amazônica antes da chegada dos europeus, mesmo se um crescimento da população humana exercer uma pressão sempre maior sobre o país; e além disso o processo aqui imaginado e colocado na prática não transforma partes da selva plena de vida em uma paisagem fantasmagórica degenerada, mas em uma paisagem cultural, que por sua vez é estável através do homem incluído na sua estrutura e que constantemente a regula. E como ela não apenas oferece alimento a um número maior de pessoas, mas também um conteúdo de vida e de vivência através da multiplicidade e do colorido de sua estrutura interna, ela deve corresponder ao nosso critério para a alta avaliação da escala paisagística.

Uma visita aérea da granja de Rettelbusch nos fornece uma impressão desta nova paisagem cultural, que foi criada pela compreensão das condições ecológicas da região e pelo árduo trabalho, em menos de 20 anos sem capital inicial, de um terreno de mata virgem e na maioria mesmo de vegetação secundária pobre e sem valor. A Granja Imperial é um caso modelar e um exemplo na outrora devastada Zona Bragantina, e este exemplo também é seguido em tempos mais recentes mais e mais por outros granjeiros da região, de modo que aqui, a leste de Belém, o aspecto da paisagem se modificou nitidamente. Que isto seja um símbolo para que o futuro da humanidade não consista em um destrutivo "contra-a-natureza", mas em um "com-a-natureza" para uma nova unidade harmônica!

Tal exemplo de aplicação do pensamento ecológico para um aproveitamento da região amazônica para fins de produção agrícola somente é viável quando a área na qual a floresta original é substituída por outro tipo de vegetação, não florestal, fica restrita a dimensões relativamente pequenas dentro da grande mata. Citamos os cinco fatores ambientais principais que são necessários para produzir uma boa colheita, mas devemos, ao mesmo tempo, ficar conscientes de que os métodos a serem desenvolvidos para corrigir eventuais fatores deficientes, não devem causar alterações em um ou outro dos demais fatores no sentido de tornarem o mesmo agora desfavorável aos nossos fins.

Um fator especialmente vulnerável, pelas intervenções humanas na coação dos fatores dados pela natureza, é, na Amazônia, o da água, ou melhor, da economia d'água da grande região florestal. A boa situação da economia d'água, a distribuição relativamente equilibrada das precipitações atmosféricas sobre o curso anual, depende sobretudo da existência de vastas áreas de floresta, e isso pela seguinte razão:

Sob uma cobertura de 100% de floresta, praticamente toda a água das precipitações atmosféricas penetra no solo, e não ocorre um escoamento superficial. A rede muito densa das raízes das árvores, na maior parte concentrada na camada superior do solo, absorve logo uma grande porcentagem desta água de chuva, que é conduzida às copas das árvores e, pela evapo-transpiração intensíssima da folhagem, torna a voltar à atmosfera onde o vapor d'água se condensa a novas chuvas que de novo caem à terra florestada, etc. etc. Estabelecem-se, desta forma, constantes circulações da mesma água no sistema atmosfera-floresta-solo-floresta-atmosfera, circulações que podem ser observadas em cada vôo de avião sobre a Amazônia pelas chuvas locais que ocorrem em todas as estações do ano. Estas circulações da água, muitas vezes repetidas, agem também como um sistema-tampão para o clima pluvial anual, ajudando a sobrepor estações secas do macro-clima. Dependem estas circulações da proteção pela floresta contra o escoamento superficial — com o qual a maior parte da água de chuva é imediatamente conduzida aos cursos d'água e, com eles, eliminada da região —, da densidade do sistema radicular da mata amazônica equatorial — mais ou menos três vezes maior do que a das matas das zonas temperadas do globo —, e da forte evapo-transpiração da floresta — até mais ou menos três vezes maior do que a duma estepe.

Com a diminuição da porcentagem da cobertura de floresta, numa extensa área, diminui-se a porcentagem da pene-

tração da água de chuva no solo — com isso a disponibilidade de água ao sistema radicular da floresta — e aumenta-se a percentagem da água eliminada pelo escoamento superficial o qual, ao mesmo tempo, provoca uma erosão sempre maior. E enquanto que um desmatamento de áreas restritas e isoladas uma da outra dentro da continuidade da grande floresta não terá praticamente influência alguma sobre a economia d'água da região inteira, grandes áreas desflorestadas fazem que afinal a maior parte da água das chuvas caídas entre, através do escoamento superficial, diretamente nos igarapés e rios, provocando súbitas enchentes, e é perdida para a vegetação. Da outra parte, também muito menos água volta à atmosfera para entrar novamente em circulação local, pois a estepe — e igualmente uma estepe artificial, quer dizer, pastagens — dispõe de muito menor capacidade de evapo-transpiração. As conseqüências então são óbvias: acentuar-se-ão e prolongar-se-ão as estações secas anuais, e nelas a vegetação de estepe, ou de pastos, morrerá. O solo desnudado, exposto ao calor solar não amenizado pela sombra e umidade constante da floresta, se transformará em poeira solta que será levada, pela erosão, com as primeiras chuvas torrenciais equatoriais para os cursos dùágua e será perdida à região.

É desnecessário descrever, aqui, pormenores de tais conseqüências de um desflorestamento em grande escala, pois os trópicos em todos os continentes exibem tristes exemplos das mesmas.

Ajudar a evitar d'antemão as possibilidades de tais desastres sob os quais especialmente as próximas gerações dos povos tropicais teriam que sofrer, é um dos deveres mais nobres que um ecólogo tem, justamente no tempo atual em que a humanidade dispõe de técnicas e energia e número de pessoas que a capacitam de transformar, dentro de poucos anos, também a maior área de floresta virgem e de selva do mundo em uma paisagem "humanizada". Cooperar no sentido que "humanização" da selva não conduza a uma paisagem fantasmagórica explorada, mas sim a uma paisagem cultural autêntica, uma nova união entre o homem e a natureza, é a tarefa primordial de todos que dedicam o seu intelecto mas também, e não menos, o seu coração à Amazônia, fenômeno único no nosso globo, e ao povo amável que nela vive.

tração da água de chuva no solo — com isso a disponibilidade de água ao sistema radicular da floresta — e aumenta-se a percentagem da água eliminada pelo escoamento superficial, o qual, ao mesmo tempo, provoca uma erosão sempre maior. E enquanto que um desmatamento de áreas restritas e isoladas uma da outra dentro da continuidade da grande floresta não terá praticamente influência alguma sôbre a economia d'água da região inteira, grandes áreas desflorestadas fazem que afinal a maior parte da água das chuvas caídas entre através do escoamento superficial, diretamente nos igarapés e rios, provocando súbitas enchentes, e é perdida para a vegetação. Da outra parte, também muito menos água volta à atmosfera para entrar novamente em circulação local, pois a estepe — e igualmente uma estepe artificial, quer dizer, pastagens — dispõe de muito menor capacidade de evapo-transpiração. As conseqüências então são óbvias: acentuar-se-ão e prolongar-se-ão as estações secas anuais, e nelas a vegetação de estepe, ou de pastos, morrerá. O solo desnudado, exposto ao calor solar não amenizado pela sombra e umidade constante da floresta, se transformará em poeira solta que será levada, pela erosão, com as primeiras chuvas torrenciais equatoriais para os cursos d'água e será perdida à região.

É desnecessário descrever aqui pormenores de tais conseqüências de um desflorestamento em grande escala, pois os trópicos em todos os continentes exibem tristes exemplos das mesmas.

Ajudar a evitar d'antemão as possibilidades de tais desastres, sob os quais especialmente as próximas gerações dos povos tropicais teriam que sofrer, é um dos deveres mais nobres que um ecólogo tem, justamente no tempo atual em que a humanidade dispõe de técnicas e energia e número de pessoas que a capacitam de transformar, dentro de poucos anos, também a maior área de floresta virgem e de selva do mundo em uma paisagem "humanizada". Cooperar no sentido que "humanização" da selva não conduza a uma paisagem fantasmagórica explorada, mas sim a uma paisagem cultural autêntica, uma nova união entre o homem e a natureza, é a tarefa primordial de todos que dedicam o seu intelecto, mas também, e não menos, o seu coração à Amazônia, fenômeno único no nosso globo, e ao povo amável que nela vive.

O PROBLEMA INDÍGENA BRASILEIRO *

Januário Francisco Megale **

APRESENTAÇÃO

1. "Eu sei que é difícil adquirir a sua confiança e amor, porque, como já disse, eles nos odeiam, nos temem e, podendo, nos matam e devoram. E havemos de desculpá-los; porque com o pretexto de os fazermos cristãos, lhes temos feito, e fazemos muitas injustiças e crueldades. Faz horror refletir na rápida despovoação destes miseráveis depois que chegamos ao Brasil. . ." **(José Bonifácio de Andrada e Silva, 1823).**

2. "O interesse é, na história, um mau conselheiro. Tanto os conquisadores espanhóis e portugueses, como os jesuítas, consideraram o selvagem um instrumento de trabalho, uma espécie de mina, cuja exploração disputaram encarniçadamente. Tudo quanto eles escreveram a respeito do selvagem, a não ser as primeiras impressões, é dominado por esse pensamento fundamental." **(Gen. Couto Magalhães, 1874).**

3. "É certo que a legislação da antiga metrópole menciona, em seus anais, atos como o de 20 de março de 1570, cogitando do cativeiro dos índios; o de 11 de novembro de 1595, regulando a guerra contra eles; o de 13 de novembro de 1808, promovendo o seu extermínio; mas, em contrário aos princípios retrógrados, desumanos, que eles proclamam, salientam-se entre outros: a Lei de 30 de julho de 1609, que declarou os índios livres, confiando a catequese aos Jesuítas; a de 6 de junho de 1755, que sustentou essa decisão, revogada, implicitamente, pela lei de 10 de setembro de 1611 e o alvará de 7 de abril do mesmo ano, ato de verdadeira sabedoria, de elevado descortino político, visando a conservação da raça

---

* Conferência pronunciada no Centro de Estudos Sociais e Políticos da Associação Comercial de S. Paulo, outubro de 1974.

** Sociólogo.

indígena, sua amalgamação com os europeus, pela continuidade da transmissão de seus caracteres étnicos." **(Rodolpho Miranda, 1910).**

4. "O Presidente da República... art. 1.º — É considerado Dia do Índio, a data de 19 de abril..." **(Presidente Getúlio Vargas,** 1943).

5. "O índio, por toda parte, tornou-se um pária, dentro da sua antiga grandeza moral, social e material." **(Gen. Rondon, 1944).**

6. "É uma ilusão pensar que o índio precisa do civilizado. **(Orlando Villas Boas, 1955).**

7. "O problema fundamental, antes de cuja solução os outros não podem ser atacados com probabilidade de êxito, é o da posse das terras tribais, sem o que não haverá sequer base para a sobrevivência." **(Egon Schaden, 1960).**

INTRODUÇÃO

Visa este pequeno trabalho mostrar a posição do índio na sociedade nacional. Um breve retrospecto histórico mostrar-nos-á como foi o silvícola encarado pelo descobridor aqui chegado, pelos estudiosos estrangeiros, pela sociedade nacional e pelos Órgãos oficiais encarregados de sua sobrevivência e integração.

Preferimos dar uma visão ampla do problema, perdendo, porém em profundidade. Um estudo mais demorado será necessário para o aprofundamento do tema escolhido.

1. A SOCIEDADE NACIONAL FACE AO ÍNDIO

Dividimos esta parte de nosso trabalho em dois itens: Primeiro — o índio face ao descobridor, ao explorador, ao colonizador; segundo — o índio, objeto de estudos e de uma política oficial do governo.

Ao chegar no continente americano, o português encontrou o silvícola. Sua primeira preocupação foi a de angariar sua simpatia e tê-lo como mão-de-obra gratuita. Sabemos como se processou esta busca de mão-de-obra. Sabemos da missão dos religiosos. Marchant [1] mostra-nos, em "Do escambo à escravidão" como foi o índio usado como escravo. Oficialmente, Entradas e Bandeiras dedicavam-se à busca do silvícola para o trabalho.

Interessante é notar que nesse afã pelo índio, como força de trabalho, nessa ansiosa busca do nativo, os portugueses desconheciam o que era escrito e pesquisado nos dois primei-

ros séculos de colonização. Desconheciam ou preferiam ignorar a índole, a personalidade indígena não aculturada pelo lucro, pela rentabilidade. Daí, usarem da força para caçá-lo e tê-lo como força de trabalho, em um sistema de produção novo, absurdo e injusto para a cultura do indígena. Já, Montaigne [2], em 1580, nos mostra, nos "ENSAIOS", como é absurdo ao índio o sistema de produção e acumulação de capital da sociedade em que este deveria se inserir.

Ainda nos dias de hoje, permanece a mesma visão dos proprietários de terras em várias regiões do País. O índio deve ser, ou extinto por ser improdutivo, ou se sujeitar ao trabalho forçado em troca da comida.

O segundo item desta parte refere-se ao estudo do índio brasileiro. Resumiremos aqui, o pensamento do Prof. Egon Schaden [3]. Distinguem-se quatro fases no estudo do índio brasileiro.

1) **Relatórios e descrições do período colonial.**

Trabalhos de cunho empírico, valiosos por despertarem a atenção dos intelectuais da França, para fundamentação de doutrinas de filosofia social e da cultura.

Assim, temos a Bula do Papa Paulo III, em 1537, que declara, oficialmente, serem os índios "homens verdadeiros"; a descrição do prisioneiro Hans Staden sobre as idéias religiosas, as instituições sociais e outras observações acerca dos tupinambás. O "bon sauvage" da filosofia iluminista, propagada por J. J. Rousseau, no século XVIII, baseava-se nas descrições da vida indígena do Brasil.

Nessa primeira fase, aparecerem os primeiros escritores que estudaram o indígena brasileiro, entre os quais, ressaltam-se as figuras de José de Anchieta (as regras de casamento e os sistemas de parentesco dos Tupinambás); Gabriel Soares de Souza (as populações indígenas da zona litorânea); André Thevet e Jean de Lery (representações coletivas e instituições da tribo dos Tupinambás); Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville (questões religiosas e psiquê indígena); Simão de Vasconcelos (síntese da vida aborígene e classificação sumária das tribos).

2) **Início da investigação científica das culturas indígenas na primeira metade do século XIX.**

O etnólogo alemão, Martius, foi quem iniciou esta segunda fase, dando a primeira sistematização ao material existente.

Foi Martius o primeiro a diagnosticar o extermínio do gentio: "Sim, pode-se dizer, sem restrição, que a civilização européia mata o americano." Para esse etnólogo, a civilização indígena, mesmo antes da chegada do homem branco, já passava por um processo de degenerescência e tendia a desaparecer. O advento da civilização veio, apenas acelerar esse processo.

3) **As grandes expedições ao interior do Brasil, de 1884 até o início da Primeira Guerra Mundial.**

Esta é a fase dos cientistas alemães, além de outros de nacionalidades diversas, que percorreram o sertão brasileiro, enriquecendo os conhecimentos etnológicos. Destacam-se nesta fase, os nomes de Karl von den Steinen (contribuição valiosa no campo da etno-psicologia, através da observação e da interpretação da psiquë indígena — investigação de povos primitivos, objetivando melhor conhecimento da nossa própria natureza humana); Max Schmidt (estudo das formas de direito, origens do desenho ornamental, formas de organização econômica dos aborígenes); Theodor Koch-Grünberg (características etnográficas, linguísticas e antropo-geográficas de muitas tribos), além de outros pesquisadores, como Paul Ehrenreich, Hermann Meyer, Fritz Krause.

4) **Os estudos indianistas do período atual e sua ligação com problemas práticos.**

Até o final do século XIX, o estudo sistemático do índio brasileiro esteve em mãos de pesquisadores europeus, sobretudo alemães. Couto de Magalhães e Barbosa Rodrigues foram as ilustres exceções. Coube, já no início deste século, ao General Cândido Mariano da Silva Rondon, a incumbência de fundar o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores nacionais, em 1910. Foi esta a primeira medida oficial de ampla ação face ao indígena.

Grande parte dos indianistas contemporâneos especializados no estudo do índio brasileiro, concentra seus esforços no sentido de ligar a análise psicológica à sociológica: Charles Wagley, Claude Lévi-Strauss, Jules Henry, Herbert Baldus. Este último, em seus diversos trabalhos, procurou destacar os efeitos da aculturação do silvícola sobre a estrutura da personalidade; cita o caso do índio Tiago Marques Aipobureu, como exemplo eloquente das "conseqüências, por vezes desastrosas, do contato inter-étnico sobre a vida psíquica do indivíduo":

"triste e isolado, vive em dois mundos, nenhum dos quais lhe pertence." (4)

Nos dias atuais, as pesquisas indianistas sobre aculturação e os aspectos psico-sociais da marginalidade ultrapassam o interesse teórico, assumindo também um caráter extremamente utilitário, vindo a atender à necessidade de resolver problemas da vida real. "A etnologia moderna, como toda a antropologia, tem a pretensão de contribuir para a formação do mundo de amanhã." (5)

Estas quatro fases do estudo do índio brasileiro nos mostram como marchou a pesquisa etnológica em nosso País. A última fase de cunho eminentemente prático e, a nosso ver, a mais importante, será tratada com maior apreço no tópico que a este se segue.

2. A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA

Entendemos por política indigenista, os princípios que norteiam o contato e convivência da sociedade nacional com a comunidade tribal do índio. Esta política tem seus objetivos definidos e princípios norteadores de sua ação.

Para facilidade de compreensão, dividimos nossa história em quatro períodos, no que se refere à ação ou política indigenista nacional.

1) Do Descobrimento à Independência (1500-1822).

Este longo período não apresenta uma política indigenista oficial, de cunho nacional e prático. O índio foi perseguido pelo branco, foi dizimado através do contato, seja deliberadamente seja por transmissão de doenças. Não houve, porém, nenhuma medida oficial. O país contava com elevado número de silvícolas e os colonizadores encontraram meio de tomar posse das terras, sem se deixar molestar pelos índios, que se adentravam nas matas.

Analisando a ação dos missionários, tanto no sentido da catequese, como no da proteção, os seus esforços redundaram em completo insucesso. "Quanto aos primeiros, a história não registra, de fato, o nome de um único povo brasileiro que tivesse abraçado a fé católica e por esta tivesse vindo ao seio da civilização e da comunidade brasileira. Quanto aos segundos, para reconhecer a que ponto fracassaram, basta ter presentes as proporções a que atingiu o despovoamento do nosso solo. Tribos inteiras desapareceram, exterminadas até o último homem; das grandes multidões que povoaram o nosso litoral

e os nossos rios, só restam o nome e a memória dos sofrimentos entre os quais expiraram; de muitas, nem isso subsiste. E das poucas que escaparam à sinistra fogueira, o que se vê são informes destroços recalcados para o fundo dos longínquos sertões, para as cabeceiras quase inatingíveis dos grandes cursos d'água, onde vivem em triste e desamparado isolamento." [6] Assim nos retrata o indigenista Horta Barbosa o contato dos missionários jesuítas com o índio. Não podemos deixar de ver certo exagero nesta citação, mas temos que admitir seu conteúdo.

A crítica que se faz, é que também o plano de ação dos jesuítas, muitas vezes, era contrário aos interesses da causa indígena, pretendendo o trabalho forçado deste, em proveito da Ordem. A mudança das tribos de suas aldeias para as reduções dos missionários, de acordo com as conveniências da sua ligação e comércio com os centros civilizados, tirando-as de seu **habitat,** cujo meio lhes era adequado, ambiente em que as prendiam as velhas raízes do passado, formadas pelas tradições, pelos hábitos e costumes transmitidos há várias gerações, levou realmente, à dizimação de várias tribos indígenas.

Houve, neste primeiro período abusos e verdadeiros extermínios, o que provocou um projeto oficial de atendimento às populações indígenas.

2) **Da Independência ao SPI (1822/1910)**

Com José Bonifácio de Andrada e Silva, inicia-se, no País aquilo que poderíamos chamar de "política indigenista brasileira". Os "Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravios do Impérito do Brazil" de 1.º de junho de 1823, constituem o primeiro documento oficial brasileiro sobre o contrato, a sobrevivência e a integração de nosso índio. [7] O grande estadista traçou aí, um plano de ação baseado em cinco princípios, dos quais destacam-se: "a **justiça,** não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos senhores; **brandura, constância** e **sofrimento de nossa parte,** que nos cumpre como a usurpadores e cristãos." [8]

Embora com alguns pontos de vista próprios de sua época, e defendendo opiniões errôneas sobre nossos índios, o trabalho de José Bonifácio constitui um documento de cunho oficial dentro de uma verdadeira política indigenista. Este documento foi, em parte, base para uma doutrina de caráter marcadamente positivista, que norteou todo o primeiro período do SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

Na verdade, já desde o período colonial, vinha se formando essa doutrina de assistência ao índio. Missões religiosas, as mais diversas, sobretudo católicas, catequisavam os índios. De oficial nada havia de concreto, embora se formasse um pequeno grupo de positivistas empolgados pela assistência integral ao índio. Deste grupo, ressaltamos as figuras de Miguel Lemos e Cândido Mariano da Silva Rondon, primeiro Diretor do SPI.

3) **Gestão do SPI (1910-1967).**

Criado pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910, o SPI foi o primeiro órgão governamental federal a ter como missão "prestar assistência aos índios".

Até a criação deste órgão os critérios básicos da ação oficial face ao indígena orientavam-se, totalmente, para a satisfação dos interesses econômicos sociais dominantes, que usurpavam aos índios suas terras e sua força de trabalho.

Transcrevemos abaixo trecho de um trabalho da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) (9) tão adequado é seu conteúdo para esta exposição.

"Os fundamentos do indigenismo de Rondon, vitorioso com a criação do SPI, representam um rompimento mortal com o passado. O que há de singular e de renovador no indigenismo de Rondon não é sua fundamentação teórica, mas, sim a deliberação infatigável de transformar princípios básicos, formulados nos séculos anteriores por Antonio Vieira, Moniz Barreto, José Bonifácio e Couto de Magalhães, entre outros, em diretrizes práticas e viáveis da ação oficial. Indiferente a críticas, Rondon conseguiu manter a efetividade da ação do SPI e, apesar de todas as dificuldades, o órgão permaneceu basicamente fiel aos objetivos originais até 1930."

Os princípios de Rondon podem ser sintetizados nas seguintes proposições: desistência de quaisquer medidas coercitivas em relação ao índio, compreensão e respeito às instituições e valores destes grupos como sociedades independentes, garantia à posse de suas terras e proteção efetiva, por parte do Estado, de seus interesses e direitos. Indigenismo qualitativamente diverso de todos os esforços anteriores, de disciplinar as relações entre as sociedades nacional e indígenas, no País, pelo fato de ter conseguido transformar esses princípios em projetos de ação concreta.

"A obra indigenista de Rondon foi construída contra tal tradição de indiferença ou cumplicidade dos poderes públicos diante dos índios e seus problemas. É surpreendente que tenha conseguido realizar tanto, na fase inicial e mais produtiva do SPI, contando com um pequeno número de auxiliares qualificados e recursos muito limitados, lutando, ainda, contra a pressão de poderosos interesses econômicos e políticos. O próprio Ministério da Agricultura, a que pertencia o SPI, era um dos mais fortes baluartes desses interesses anti-indígenas, em virtude da política oficial de amparo e desenvolvimento das grandes propriedades agrícolas."

"A decadência do SPI acentua-se a partir de 1930, quando o General Rondon, legalista convicto, foi afastado da chefia do órgão pelo governo revolucionário que então se implantou no País. A morte ou aposentadoria acabou por eliminar o grupo de indigenistas treinados por Rondon, muitos dos quais desistiram de promissoras carreiras como oficiais do Exército ou profissionais liberais, para dedicar-se à causa da redenção indígena."

"As vagas foram frequentemente ocupadas por funcionários ou contratados de baixo nível, sem conhecimento prévio, identificação ou simpatia com os problemas indígenas. Muitos deles foram recrutados pelo SPI, nas próprias regiões em que deviam trabalhar, dentre uma população secularmente possuída por uma agressiva atitude anti-indígena."

"A partir de 1940, o SPI atravessa um período de limitada recuperação, dirigido por indigenistas experimentados, como J. M. da Gama Malcher. Especialmente promissora foi a década de 1947/56, pela qualidade intelectual do trabalho de antropólogos contratados pela Instituição, a exemplo de Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão. Nos seguintes anos, a qualidade da Instituição cai rapidamente; com a exceção pouco representativa de um curto período entre 1963/64, a presença de diretores ou funcionários corrompidos incapazes ou indiferentes leva o órgão indigenista ao mais baixo nível de sua história. Esse processo de decomposição final do SPI acentua-se a partir de abril de 1964, culminando na série de escândalos e denúncias que determinam a extinção do órgão em 1967."

Esta longa citação pareceu-nos indispensável à compreensão dos problemas indígenas de hoje, e presta-se, também, a elucidar a razão de certas atitudes recentes do novo órgão indigenista nacional.

4) **A FUNAI (1967 até hoje).**

Transformado em "palco de todos os crimes" o SPI, com quase todos os funcionários de alguma importância, envolvidos em graves delitos, foi substituído pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

A FUNAI, criada pela lei n.º 5.371, de 5-12-1967, que fundiu os antigos SPI, Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Parque Nacional do Xingu, unificou os órgãos incumbidos de dar execuçãão à política indigenista do governo.

NOTA

Herdando lamentavelmente as piores deformações do SPI a FUNAI continuou no divórcio radical da tradição indigenista implantada por Rondon, "ao apresentar sua ação acobertada pelo conceito de desenvolvimento nacional. Não se deve esquecer que, coerentemente com o desenvolvimnto da nação, o País tem uma dívida indeclinável com os índios, em virtude dos agravos, violências e extorsões, contra eles praticados." (10)

Cumpre citar ainda que, a despeito da boa intenção de etnólogos e de alguns funcionários mais experientes dessa Instituição, suas ações foram constantemente dificultadas, principalmente pelo fato de suas vozes não encontrarem éco junto aos elementos responsáveis pelas decisões internas relativas à execução das atividades propostas por este Órgão.

Constata-se, através de leituras de periódicos, que, no período atual, a ação efetiva da FUNAI é exercida na pacificação de grupos que poderiam oferecer riscos ao trabalho de abertura de novas estradas ou de implantação de núcleos de colonização. Nesta atividade, é de se destacar o desempenho ímpar de sertanistas como os irmãos Villas Boas, no Parque Nacional do Xingu, Francisco Meirelles, no Parque Aripuanã, de onde, aliás hoje se afastou, em conseqüência de suas denúncias a particulares e empresas de colonização, que gradativamente ocuparam sua área.

Parece, assim forçoso deduzir que a ação prática da FUNAI mostra-se inócua ou prejudicial aos interesses dos grupos que, supostamente, deveria proteger, seja por incapacidade diretiva, impedindo-a de assumir uma posição mais lúcida e justa em relação ao problema indígena, seja por dependência funcional, subordinando-se a um complexo de valores, normas e modos de ação prática que levam a tal situação.

Desta forma, concordamos com a idéia defendida por alguns missionários, de vincular a FUNAI à Presidência da Re-

pública, ou, conforme outros, ao Ministério da Educação e Cultura, divorciando-a, assim, da pasta do Interior, livrando-a de pressões de grupos econômicos interessados em investir na Amazônia que, mais fortes, invadem e desrespeitam as terras indígenas.

Divergências entre as atuações da FUNAI e das Missões Religiosas sempre existiram, em conseqüência de falhas que são reconhecidas por ambas as partes. É reconhecida, também, a necessidade de maior entrosamento entre os responsáveis pela assistência ao índio no Brasil. Tentativas, nesse sentido, tem sido efetuadas, embora até o presente momento, na realidade, a bem pouco se tenha chegado.

O ano de 1974 trouxe um novo Presidente à FUNAI. O Gen. Ismarth de Araújo Oliveira tem seu programa de ação bastante diferenciado da ação indigenista do Presidente anterior. Felizmente para nossos índios, o atual Presidente da FUNAI tem procurado a colaboração de missionários e de Universidades, firmando convênios com estas para a integral assistência ao silvícola. Parece-nos que o ideal do Mal. Rondon encontrou guarida na política indigenista do atual Presidente da FUNAI.

CONCLUSÃO

O indigenismo brasileiro seguiu, até o presente momento, duas posições opostas: a primeira, surgida do positivismo e liderada pelo Mal. Rondon, no interesse legítimo da defesa e lenta aculturação dos indígenas; a segunda, mais recente, representada pelo desenvolvimento nacional, sempre oposta ao interesse das minorias indígenas.

A contradição entre estas duas posições se mostra patente no SPI, após o afastamento do Gen. Rondon pelo governo revolucionário, que então se implantou no País, e na gestão da FUNAI, até 1974. Até o ano passado, internamente na própria FUNAI, se manifestava esta oposição de perspectivas. A demissão de indigenistas ocupou os nossos noticiários neste período em que o Gen. Jerônimo Bandeira de Melo esteve na direção de órgão máximo indigenista.

A total omissão das Missões Religiosas no Estatuto do Índio, aprovado em dezembro de 1973, manifesta bem este estado de crise. Embora algumas Missões Religiosas não tenham se orientado por uma ação indigenista tão antropológica ou científica quanto desejável, mesmo assim, os índios sob os seus cuidados tem conseguido, em grande parte, uma sobrevivência sadia, e geralmente livre de disputas de suas terras.

Entre todos os males já feitos às minorias indígenas, o ensino compulsório da religião cristã, parece ser o que menos pesa na cultura em adaptação do índio, tão graves e iníquos são os demais. Diante de tanta calamidade que impusemos aos índios o ensino da religião em si não parece ser tão grave, sobretudo quando estes índios estão reunidos em pequenas aldeias, conservando traços de sua cultura tribal, sob orientação de Missões, de qualquer credo.

A preponderância da posição da política indigenista representada pelo desenvolvimento nacional — sobretudo quando este está ligado ao setor de transportes rodoviários e a expansão da agropecuária — sobre os verdadeiros interesses dos índios foi dominante até recentemente. As rodovias seguem rasgando matas, mesmo em territórios indígenas, quando a remoção obrigatória não atingiu anteriormente as famílias localizadas em terras cuja posse é garantida pela Constituição.

O desenvolvimento nacional é hoje o motivo último, um objetivo sagrado, em nome do qual culturas pré-colombinas são despojadas de seus valores materiais e espirituais. Veremos em breve, nossos índios reduzidos a uns poucos indigentes e, pela tendência que se observa, hão de renunciar à tradição milenar, deixarão de falar a língua da tribo e desaparecerão no meio da população mestiça do interior. E, apesar de não querermos ser pessimsitas, por certo, não tardará a chegar o dia em que, nas matas do Brasil, não haverá mais aborígenes reunidos em comunidades distintas e portadores de cultura própria, opinião do Prof. Schaden, com a qual concordamos.

Não podemos terminar este pequeno trabalho sem ressaltar o significado de três eventos importantes para a política indigenista brasileira:

1) A nova orientação da FUNAI, na pessoa de seu atual dirigente. Como já assinalamos, a política indigenista nacional parece agora orientar-se pelo interesse legítimo e lenta aculturação do índio em oposição à política indigenista do desenvolvimento nacional, em nome da qual estas minorias étnicas foram despojadas de suas terras.

2) O Encontro, em Diamantino — MT, em abril do corrente ano de 9 chefes indígenas — xavantes, apiaká, bororó, irantxe, kajabi, tapirapé, nambiquara, ripaktsa e pareci, representando perto de 2.500 índios. Organizado pela Missão Anchieta e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) a reunião teve somente os índios como expositores e debatedores, na busca de soluções para seus problemas. A Funai esteve

presente somente como observadora e recebeu dos chefes nativos as queixas justas.

3) Reunião ou Congresso do Índio Americano, neste mês de outubro, em San Bernardino, perto de Assunção, onde 32 líderes indígenas da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Venezuela discutiram seus problemas cuja prioridade foi a das terras indígenas.

Estes três fatos destacam: primeiro, a tomada de consciência pelos indígenas do problema geral que aflige a maioria das tribos, a ocupação das terras indígenas. Segundo, a visão crítica da FUNAI que procura se recuperar de seus erros passados.

BIBLIOGRAFIA

Anuário Indigenista — Instituto Indigenista Interamericano — XXI. Dezembro de 1962 — México.

Anuário Indigenista — Instituto Indigenista Interamericano — XXXII. Dezembro de 1972 — México.

Commissão Rondon. Publicação n.º 88 — L. B. Horta Barbosa — "O Problema Indígena do Brasil", Rio de Janeiro, 1926.

FUNAI — Fundação Nacional do Índio — Supysáua — O Índio Brasileiro — Brasília, s/d. ilustr.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Homenagem a José Bonifácio no 88.º Anniversario da Independencia do Brazil. Inauguração do Serviço de Protecção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionaes. Rio de Janeiro, 1910.

Schaden, Egon — O Índio Brasileiro — Ontem e Hoje, in Revista de História, FFLCH-USP, II n.º 12, 1952 (385-403).

SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — "Problemas Indígenas Brasileiros" — Revista Ciência e Cultura. São Paulo, 11, novembro de 1972 (1015-1023).

FUNAI — Estatuto do Índio e outras publicações.

NOTICIÁRIOS DIVERSOS: O Estado de São Paulo — São Paulo — Folha de São Paulo — São Paulo.

A NOVA FACE DA AMAZÔNIA

Francisco Braz de Araújo *

Há uma grande parte de brasileiros que não acredita na colonização da Amazônia, acha que aquele imenso território será sempre o que foi: uma região menosprezada, abandonada. A opinião é de que o que se está fazendo lá, tem muito mais de negativo do que de positivo e que tudo está sendo feito na base da imaginação, do empirismo; e no final de tudo, a terra, o homem, a floresta, serão as vítimas. Por hábito, costume e descrença em tudo, vivem essas pessoas, com o pensamento no Brasil de cinqüenta anos atrás quando não seria possível fazer o que se está fazendo hoje na Amazônia. Também, de vez em quando, aparecem, pela imprensa, técnicos e não técnicos, sugerindo métodos diferentes dos que estão sendo aplicados para a colonização e integração da Amazônia, no sentido do que seja evitado a erosão e ruptura do equilíbrio ecológico, em conseqüência do desmatamento indiscriminado. Em parte, estão certos, porque a conexão entre o homem e o meio é o fundamento da vida. Já é do conhecimento de todos, de que a erosão e a poluição são os dois terríveis males que, em futuro não muito distante, poderão acabar com a vida na terra, caso não sejam, quanto antes, tomadas medidas drásticas para evitar a catástrofe.

Quem está provocando isso? O homem com a sua imprevidência e estupidez, e o vem fazendo desde do seu aparecimento na terra. Alguns acham que a construção da Transamazônica é medida errada, desperdício de muito dinheiro, sacrifício de vida, corrupção. Não tenhamos dúvida, que, não obstante certas "espertezas", porque no nosso País muitos fazem mão de gato, e já é uma ação normativa de quem quer viver confortavelmente, não fazendo às claras, mas sutil-

---

* Representante da CNDDA em Fortaleza.

mente, passando por inocente, hão de ver, com o tempo, que foi medida acertada, um monumental empreendimento. Quem afirma assim, não tem compromisso com o Governo. Pela sua vastidão a Amazônia é um mundo desconhecido, onde ainda há lugares em que nenhum homem pôs o pé, e talvez nem o próprio índio.

A solidão com o seu aspecto tenebroso em certas zonas nas quais a mataria se fecha em copa, suscita assombro, pavor. O processo de sua colonização continua em ritmo lento. O homem ainda penetra no interior, pelos rios, passando por aldeias às suas margens, sempre temendo ser atacado pelos indígenas que ainda são senhores da floresta. Lá as distâncias dificultam tudo, mas a Transamazônica há de interligar tudo. A Transamazônica foi o ponto de partida para que se pudesse romper a vastidão da terra e da mata, facilitando, assim, a integração e a colonização; tudo condicionado a um trabalho de grande amplitude para a localização do elemento humano em locais apropriados à agropecuária, desenvolvendo-se paralelamente à Indústria e outras atividades, fixando-se as agrovilas em terras férteis, pois o remédio para a Amazônia é o trabalho organizado, numa conjugação de esforços no qual o técnico, médico, militar, veterinário, advogado, enfermeiro, farmacêutico, professor, agrônomo, engenheiro, possam criar uma nova infra-estrutura, plena de grandeza e harmonia. Tudo isso, com o tempo, será feito, pois a tecnologia e a ciência criaram, no mundo, uma nova forma de vida, em que o homem, cônscio dessa transformação, procura melhor entendimento consigo mesmo, e com os seus semelhantes, num relacionamento fraternal, embora sabendo que, vez por outra, esse relacionamento se deteriora, visto que, no aspecto espiritual, moral, o mundo pouco mudou, e essa é a razão de os conflitos, pequenas guerras, serem assuntos constantes no noticiário.

Dentro do contexto histórico, a construção da Transamazônica foi imposta por necessidade de ordem econômica, política, social, militar, às mesmas necessidades que ensejaram à construção da Linha de Ferro Siberiana, na Rússia, a conhecida Transiberiana, e lá também houve opositores. Decidida à construção da Transiberiana em 1887, esse empreendimento adquiriu enorme importância política; anos depois, para celebrar à inauguração das obras, no Território do Oriente, foi enviado um personagem especial, o Tzarevith Nicolau II, filho de Alexandre III. O Ministro da Fazenda, Witte, falando sobre a Transiberiana afirmava:

"A Transiberiana rasga uma nova senda e novos horizontes ao comércio mundial, e sua importância a coloca entre os acon-

tecimentos que apontam o início de uma nova era na história dos povos que, amiúde, provocam uma transformação radical das relações econômicas estabelecidas entre os Estados."

Sem a construção da Transiberiana, ligando Moscou a Wladivostok, a Sibéria não seria o que é hoje, uma região industrializada, próspera, onde o homem tem consciência de que é parte importante, no desenvolvimento da Sociedade, colhendo do Progresso os benefícios que lhe tocam. Seria, sem dúvida, o que é hoje a Amazônia, na qual se incluindo o Nordeste, apresentam índices-econômicos quase nulos, com a maior parte de sua população, vivendo "uma vida quase de servidão", conforme as palavras do General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, hoje Ministro do Superior Tribunal Militar, em recente conferência proferida em Manaus. Na Guerra Russo-Japonesa, iniciada em 9 de fevereiro de 1904, a Transiberiana desempenhou importante papel, retardando a vitória dos japoneses; senão teriam sido muito piores os resultados da derrota da esquadra e do exército russo, com mais sangue e lágrimas para desespero do comando geral, General Kuropatkin, e talvez nem o tratado de Portsmouth tivesse sido assinado em 5 de setembro de 1905, o qual só deu vantagens ao Japão.

Esses fatos históricos, como também o da guerra do Japão com a China, em 1894, saindo o Japão vitorioso, foram os que deram origem o tão falado "Perigo Amarelo", aliás falso conceito. A Sibéria, cuja colonização teve início no Século XVII, tornou-se conhecida, no mundo, como terra bárbara, terra da maldição, do clima extremamente rigoroso, onde as condições de vida eram por demais precárias. Constantemente as suas masmorras eram entulhadas de presos comuns e presos políticos, que os sombrios e cruéis Tzares, principalmente os Romanoffs, mandavam para lá, para morrerem, pois as possibilidades de retorno eram mínimas, tanto assim, que de 700.000 presos que foram deportados para a Sibéria, no período de 1828 a 1898, poucos escaparam. Foi na Sibéria que Dostoiewski escreveu a sua conhecida obra: "Recordações da Casa dos Mortos".

Por vários motivos, a colonização da Sibéria continuou lenta, entre os quais a situação ruim do País, em conseqüência da guerra com o Japão, os constantes empréstimos feitos nos bancos de Paris, na época, o centro financeiro do mundo, a tenaz oposição dos grandes senhores de terras que, por todos os meios, procuravam impedir a ida de trabalhadores para lá, com o fim de evitarem a escassez de mão-de-obra barata, nas suas propriedades. Contudo, a colonização seguia o seu curso, com levas e mais levas de elementos humanos, qualificados

e não qualificados, comerciantes, técnicos, não sobressaindo doutores, porque colonização não poderá ser feita só com doutores, como querem certas pessoas aqui, no nosso País, com relação à colonização da Amazônia. Com a queda de Nicolau II, em 1917, o último dos Romanoffs, e a instauração de uma nova forma de Govêrno, a Sibéria, em pouco tempo, transformou-se numa região próspera, e a Transiberiana foi o fator básico dessa transformação.

Todo mundo sabe que ocupar e colonizar uma região, principalmente como a da Amazônia, não é coisa fácil, devido à complexidade dos problemas, notadamente o da adaptação do homem ao meio, do homem que vai se fixar e trabalhar, dando tudo de si. Certos entendidos lá do Sul do País, enfatuados nos gabinetes, acham que o nordestino, por ser ignorante, sem qualificação profissional, vivendo numa área de seca e de fome, não serve para colonizar a Amazônia. É a mesma mania de quererem subestimar à coragem, inteligência e a capacidade do nordestino. Dizem isso, mas, no íntimo, sabem que estão fazendo chantagem. Esses indivíduos devem estar a serviço de forças ocultas, de grupos econômicos internacionais, agindo de parceria com os daqui. Êsse jogo tem por objetivo impedir a ida do nordestino para Amazônia porque sabe que onde o nordestino está, se caracteriza pela capacidade de trabalho, e como lutador destemido na defesa do que é seu e do que é de sua Pátria. Nos cafesáis de São Paulo, deu prova de sua capacidade, contribuindo para o progresso do grande Estado. Na conquista do Acre, a sua ação se fez sentir como combatente.

Em Canudo lutou até a morte, numa luta desigual. O nordestino foi sempre um explorado, um enganado, tudo lhe prometem e nada lhe dão, no íntimo é rebelde, leal com os amigos, cruel com os inimigos, da ponta do seu punhal goteja pingos de sangue que a sua honra ferida soube vingar; isto é o Nordeste, notadamente o Ceará. Tem-se a impressão que as coisas na Amazonônia vão avançando bem pela senda do progresso, mas esse avanço só será constante, se contar com um amplo e bem organizado serviço de saúde, em que os médicos, enfermeiros, e outros auxiliares de saúde, recebendo estímulo e apoio por parte do Governo Federal e Estadual, e da população, possam ter saúde e vida para poderem dar saúde e vida aos outros. Se há falta de médicos, enfermeiros, farmacêuticos, por falta de meios para mantê-los, esta situação não poderá continuar por mais tempo, pois, se assim acontecer, as verminoses continuarão a destruir e entupir os intestinos da população. A malária, doença de Chagas, equistossomose,

febre negra, hepatite, doenças venéreas, filariose, continuarão matando.

Substancial contribuição vem dando o já famoso Instituto Evandro Chagas, de Belém, na erradicação e cura das doenças da Amazônia, mas se o Instituto Evandro Chagas e outras entidades médicas, que operam na Amazônia, não receberam uma boa ajuda do Governo Federal e da OMS, Organização Mundial de Saúde, os médicos e cientistas que prestam seus serviços, por muito boa vontade e abnegação que tenham, não poderão levar a cabo a sua missão, dada a complexidade dos trabalhos, não só nas pesquisas de laboratório, como no conjunto da atividade global que incessantemente aumenta.

Uma região como a Amazônia, onde as doenças representam a pior das desgraças, numa seqüência de sofrimentos, que parece não ter fim, o pensamento de quem nela deseja se instalar, é o medo de ser liquidado pelas doenças, como muitos já o foram. Por isso, a tarefa primordial é a de diminuir os efeitos trágicos das doenças, já que não é possível, em curto prazo, eliminá-las de uma vez. Aqui cabe as sábias palavras do ilustre Professor Dr. Artur César Ferreira Reis, Presidente de Honra da CNDDA: "Uma nação adquire altura de maturidade quando realmente pode enfrentar os problemas de sua vida interior e lhes dar a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, com os seus foros de cultura, visando à satisfação do bem-estar de sua população".

Digno de elogio é a posição que vem tomando o jornal "O Estado de São Paulo", em relação aos problemas da Amazônia, publicando artigos, conferências e reportagens. O grande jornal sempre se situou na posição de vanguarda, em defesa das causas nobres; orientando a opinião pública, no sentido de que esta possa ter melhor conhecimento dos problemas do nosso País, como também do mundo, embora, vez por outras, tenha palmilhado e ainda há de palmilhar caminhos pontilhados de ursos e espinhos de mandacarú. É um jornal penetrante, vai na estrutura das coisas, muitos podem não concordar com a sua orientação, com a sua linha política; contudo, ninguém perde tempo lendo as suas páginas. Ledor assíduo de "O Estado de São Paulo", há pouco tempo, lendo uma de suas edições de 3 de setembro de 1972, num trecho, deparei-me com isto que muito nos entristece: 86% dos Prefeitos em todo o País têm apenas instrução primária; 9% cursaram o nível médio e só 5% freqüentaram Faculdades, e acrescentava: O exercício da função Política, longe de ser um título, é um demérito, assim não vai.

sobre os aspectos epidemiológicos das áreas afetadas, continuam matando.

Substancial contribuição vem dando o já famoso Instituto Evandro Chagas, de Belém, na erradicação e cura das doenças da Amazônia, mas se o Instituto Evandro Chagas e outras entidades médicas, que operam na Amazônia, não receberem uma boa ajuda do Governo Federal e da OMS, Organização Mundial de Saúde, os médicos e cientistas que prestam seus serviços, por muito boa vontade e abnegação que tenham, não poderão levar a cabo a sua missão, dada a complexidade dos trabalhos, não só nas pesquisas de laboratório, como no conjunto da atividade global que incessantemente aumenta.

Uma região como a Amazônia, onde as doenças representam a pior das desgraças, numa seqüência de sofrimentos, que parece não ter fim, o pensamento de quem nela deseja se instalar, é o medo de ser liquidado pelas doenças, como muitos lá o foram. Por isso, a tarefa primordial é a de diminuir os efeitos trágicos das doenças, já que não é possível, em curto prazo, eliminá-las de uma vez. Aqui cabe as sábias palavras do ilustre Professor Dr. Artur César Ferreira Reis, Presidente de Honra da CNDDA: "Uma nação adquire altura de maturidade quando realmente pode enfrentar os problemas de sua vida interior e lhes dar a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, com os seus foros de cultura, visando à satisfação de bem-estar de sua população".

Digno de elogio é a posição que vem tomando o jornal "O Estado de São Paulo", em relação aos problemas da Amazônia, publicando artigos, conferências e reportagens. O grande jornal sempre se colocou na posição de vanguarda, em defesa das causas nobres, orientando a opinião pública, no sentido de que esta possa ter melhor conhecimento dos problemas do nosso País, como também do mundo, embora, vez por outra, tenha palmilhado e ainda há de palmilhar caminhos pontilhados de urzes e espinhos de mandacaru... É um jornal penetrante; vai na estrutura das coisas; muitos podem não concordar com a sua orientação, com a sua linha política; contudo, ninguém perde tempo lendo as suas páginas. Leitor assíduo de "O Estado de São Paulo", há pouco tempo, lendo uma de suas edições de 3 de setembro de 1972, num trecho, deparei-me com isto que muito me entristeceu: 66% dos Prefeitos em todo o País têm apenas instrução primária; 9% cursaram o nível médio e só 5% freqüentaram Faculdades, e acrescentava: O exercício da função Política longe de ser um título, é um demérito, e assim não vai.

OPERAÇÃO RONDÔNIA, ASSALTO A MÃO ARMADA

Orlando Senna

APRESENTAÇÃO

Reportagem viva, recolhida no próprio local por um jornalista, que a publicou no bravo semanário carioca "Crítica", o presente trabalho reflete uma situação regional muito séria, que a C.N.D.D.A. vem apontando desde o início de suas atividades. A prova disso foi estampada no n.º 2 de "A Amazônia Brasileira em Foco", com o honesto parecer elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a venda de terras na Amazônia, cujo relator foi o saudoso Deputado Brig. Haroldo Veloso. Em seu relatório, aprovado pela CPI, denunciava em toda a sua dimensão o escândalo do açambarcamento de terras da Amazônia, no qual ativamente participavam grandes empresas multinacionais.

Não obstante, nenhuma medida efetiva foi tomada até o fim do ano passado. A pretensa "reforma agrária" do INCRA na rodovia Transamazônica redundou em descalabro; grileiros armaram exércitos particulares de jagunços, para chacinar os posseiros e suas famílias, em diversas partes da Amazônia meridional: Maranhão, vale do Araguaia e, agora, Rondônia.

Um primeiro passo foi dado recentemente pelas autoridades federais, afastando de suas funções o juiz de Direito de Rondônia, Alberto Pacca, manifestamente vinculado aos grileiros e seus comandados.

Até onde chegarão os especuladores de terras? Quando e onde haverá, enfim, no Brasil, um lugar para que os agricultores pobres possam sobreviver com suas famílias, valorizando as terras e construindo uma verdadeira democracia rural?

"Quem se aventurar a percorer o conturbado território de Rondônia ficará habituado a ouvir uma frase: "A vida, aqui, não vale um tostão furado". Realmente, a insegurança e o terror campeiam, superando de longe a literatura e o cinema

de ficção a cuja violência estamos acostumados. O medo é uma constante, sendo difícil conseguir relatos pormenorizados dos crimes que diariamente ocorrem em vários pontos do território. Todo mundo sabe de tudo — quem são os pistoleiros, para quem trabalham, como agem — mas poucos ousam abrir a boca, com fundado receio de serem alvos das balas. Embora os cadáveres de colonos e nativos continuem a aparecer, embora os assassinatos sejam cometidos à luz do sol e à vista de todos, ninguém mais perde seu tempo e coloca sua existência em perigo denunciando o terror. Mesmo porque a impunidade dos criminosos é fato estabelecido e a polícia age em cumplicidade ou em concordância com o crime organizado, quando não executa, ela mesma e sob as ordens de grileiros poderosos, a exterminação de lavradores **incômodos,** de colonos que resistem à determinação de se retirarem de suas glebas e deixarem-nas livres para a implantação do latifúndio.

Entretanto, apesar da tensão e do perigo, ainda é possível conseguir alguns depoimentos, como este do cidadão Wilmar Pereira de Melo, estabelecido em Vila Rondônia, na região centro-leste do território.

"Em Vila Cacoal, a polícia cometeu um crime de homicídio, sendo autores do assassinato o sargento Brasil e o guarda policial Sebastião Gonçalves, vulgo Sete Facadas, fato ocorrido no mês de agosto de 1972. No mês de outubro do mesmo ano apareceu em Vila Cacoal um senhor não identificado afirmando ser irmão do assassinado — de nome Timbó — e estar disposto a vingar a sua morte, mesmo que, para isto, tivesse de derramar seu próprio sangue. O sargento José Gomes Filho, então delegado de Polícia de Vila Rondônia, reuniu os policiais, foi até Cacoal e efetuou a prisão do referido senhor, conduzindo-o à Vila Rondônia. Na madrugada seguinte o delegado e seus subordinados tiraram o preso da cadeia e levaram-no até o aeroporto de Vila Rondônia. Lá o sargento José Gomes Filho mandou o policial Sete Facadas matar o preso. Sete Facadas sacou de seu revólver calibre 38 e detonou, acertando no tórax. Com o tiro o preso não morreu e em seguida o sargento José Gomes Filho, o delegado, sacou de seu revólver e fez novo disparo, desta vez na cabeça do preso, ficando os miolos exposto. Os policiais esconderam o corpo no mato próximo ao aeroporto."

Depois de informar que os dois irmãos assassinados eram apenas "roceiros" que queriam trabalhar em suas roças, Wilmar Pereira Melo prossegue seu depoimento:

"Como a Secretaria de Segurança Pública estava solicitando os inquéritos referentes aos espancamentos e aos cri-

mes ocorridos na região, o delegado José Gomes Filho instaurou inquérito contra os policiais Sete Facadas e os outros guardas entraram no gabinete do delegado e recomendaram-lhe não encaminhar os inquéritos a Porto Velho, sob pena de ser envolvido no crime do aeroporto. O cadáver foi retirado do mato próximo ao aeroporto e transportado para a ponte do rio Gy-Paraná, sendo jogado no rio. Apesar da destruição das provas a Secretaria de Segurança enviou à Vila Rondônia uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades, composta pelo Dr. Edson Torres e pelo Dr. Ari da Costa Agra, que conseguiram provar a existência do referido crime. Os criminosos fizeram-se réus confessos e foram recolhidos ao quartel da Guarda Territorial em Porto Velho. Lá não chegaram a permanecer quinze dias: os policiais criminosos retornaram à Vila Rondônia e lá permaneceram três meses, depois foram deslocados para a capital do Território onde, até o momento, se encontram livres, prestando serviços policiais. Não preciso apresentar provas do que digo pois existe um rigoroso inquérito policial no Forum Rui Barbosa, em Porto Velho. Acontece que o delegado Dr. Ari da Costa Agra é defensor dos criminosos, pegando dinheiro de todos e soltando-os, sem os levar à presença do Juiz da Comarca. Basta dizer que, em abril, nenhum preso foi transferido a Porto Velho."

Aqui termina o depomento, ao qual acrescentamos a informação de que, só em Vilo Rondônia, de agosto a dezembro de 1974, foram assassinados vinte e dois lavradores.

A TERRA PROMETIDA

A corrida para o território de Rondônia, iniciada com a implantação das rodovias BR-364 e BR-310, intensificou-se a partir de 1970, época em que a ocupação da Amazônia ganha impulso definitivo com os trabalhos de abertura da rodovia Transamazônica. O fluxo migratório vem se fazendo, desde então, à razão de três mil famílias por ano. Esse deslocamento, oriundo na sua maioria dos Estados do Centro-Sul, deve-se à divulgação da excelente qualidade das terras do território — mesmo antes do sinal verde de Brasília para a colonização da Amazônia Legal, levas de nordestinos chegavam a Rondônia no bojo de uma migração espontânea e desordenada.

Justamente por volta de 1970 o instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária iniciou a transformação dos projetos fundiários já existentes em projetos integrados de colonização. O Projeto Ouro Preto, sediado a 330 km de Porto

Velho, foi o primeiro a ser atingido pela transmutação. Logo em seguida a transformação foi efetuada nos Projetos Gy-Paraná (a 500 km de Porto Velho) e Sidney Girão (na BR-319). Ano passado foram integrados os Projetos Vilhena (a 70 km da BR-324) e Burargiro (no setor Jaru). Atualmente o Incra atua numa área de um milhão e cem mil hectares — o território tem 24 milhões de hectares — e já identificou cerca de seis mil famílias de colonos, em um total aproximado de vinte e duas mil famílias que já se deslocaram para Rondônia, confiantes na execução imediata e acelerada da reforma agrária.

Nos termos preconizados pela lei 4.504, os colonos terão de ser obrigatoriamente absorvidos pela organização social, terão de receber do governo uma extensão determinada de terra que lhes sirva de base para sua própria manutenção e de célula para o desenvolvimento harmônico e natural da região e do País, ficando em segundo plano a implantação de empresas agrícolas ou agropecuárias.

Essa ordenação, entretanto, vem sofrendo uma inversão que além de instalar o cáos social nesse território estratégico (limítrofe com a Bolívia), vai de encontro às determinações do governo federal e é fruto direto de altos interesses econômicos de grupos estrangeiro e de grupos nacionais ligados a eles ou à alta burguesia brasileira, esta interessada tão-somente — é evidente — na manutenção do subdesenvolvimento e de suas regras básicas.

PROBLEMAS NACIONAIS

Nas altas esferas do poder, o problema de Rondônia — talvez o mais grave de todos que eclodem na colonização da Amazônia — merece uma atenção especial, segundo se pode apreender da importância que lhe é dada na discussão global da ocupação. No dia 15 de agosto do ano passado, o deputado Prisco Viana ocupava a tribuna da Câmara, na qualidade de líder da maioria, para afirmar:

"O Incra está de fato diante de um grande desafio, que será vencido com as determinações de seu jovem presidente em executar as diretrizes governamentais de acelerar o processo de colonização de Rondônia. Essa aceleração supõe, primeiro, a regulamentação da questão fundiária que, por isso mesmo, é ponto prioritário do programa do Incra. Concluída a fase de estudos, por sua natureza demorada, parte agora o Incra para o início da execução do Programa Rondônia que aproveitando a experiência adquirida a partir de 1970, visa a concentrar a ação do órgão na obtenção de recursos fundiá-

rios, organização territorial, administração, assentamento de parceleiros e a construção da infra-estrutura física". Ressaltando que o governo trabalha "há muito tempo" para corrigir "o processo desordenado de ocupação das terras", o então líder arenista disse que "os assuntos de Rondônia são enfrentados pelo governo como sendo problemas nacionais".

No dia 2 de agosto do ano pasado o Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, declarou em Brasília que os problemas ligados à regularização e distribuição de terras na Amazônia e nos territórios federais "são assuntos considerados prioritários pelo Presidente Ernesto Geisel"', acrescentando: "Não se pode fazer muita coisa em termos de agricultura, de exploração florestal e até mesmo da parte de mineração se o problema fundiário não estiver resolvido". E mais: "Nos territórios os problemas são de mais fácil equacionamento pois, como são federais, a única coisa que se precisa buscar é a harmonia entre os órgãos, especialmente entre o Incra e o governo territorial".

Em julho os jornais se ocuparam com os planos do governo para deter a grilagem(invasão e ocupação de terras, mediante falsas escrituras de propriedade) em todo o País, especialmente na Amazônia, a partir de uma ação conjunta dos Ministérios da Justiça, do Interior, Saúde, Trabalho, Previdência e Agricultura — o que nos dá uma perspectiva da magnitude da questão.

Especificamente sobre Rondônia, o governo federal instruiu o Incra no sentido de dar prioridade um à solução dos aspectos de colonização e reforma agrária do território, ou seja, promover com rapidez a ocupação das terras da união por colonos (pequenas glebas) e redistribuir as grandes áreas griladas por companhias fantasmas de "colonização" — que sequer respeitam as reservas indígenas.

Os Ministérios do Interior e da Agricultura assinaram convênio especial para a efetuação do zoneamento básico para o desenvolvimento das atividades econômicas do território, onde deverão ficar caracterizadas as áreas agrícolas, agropecuárias e florestais, como devem ser desenvolvidas e o tamanho médio das propriedades — devendo trabalhar em conjunto, para este fim, o Incra, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e a Secretaria de Agricultura de Porto Velho.

TEORIA E PRÁTICA

Ressalvados o interesse e a consciência do problema por parte de Brasília, estabelecida a dimensão real da questão e seus calamitosos efeitos sociais, temos de admitir que a teoria continua sendo uma coisa e a prática continua sendo outra. Como temos de admitir também que o Incra meteu as mãos pelos pés durante cinco anos, ao executar uma política vagarosa e sobrecarregada de equívocos, o que estratificou de tal forma o caos que as soluções se tornam dia a dia mais difíceis.

De uma maneira geral — e apesar da insistência do Governo Federal para que o panorama de Rondônia seja modificado — a situação não mudou em 1974 e não apresenta sintomas de melhoria em 1975. A prática da grilagem prossegue vitoriosa, milhares de colonos passam fome, a prostituição é tristemente assustadora, uma população marginalizada cresce de mês para mês. Empresas poderosas têm sob contrato, esquadrões de pistoleiros profissionais, impunes e arrogantes, que executam a grilagem expulsando colonos e nativos de suas terras (matando os que reagem) com a complacência e a cumplicidade da polícia.

Com ou sem a cumplicidade de funcionários do Incra, os latifúndios crescem e a miséria se espalha, com milhares de imigrantes aguardando a sua gleba, morrendo de inanição ou se transferindo com suas famílias para a Bolívia (o que é, no mínimo, um contra-senso; os colonos, instados a ocupar a Amazônia são forçados a prosseguir viagem e deixar o País).

O processo burocrático do Incra na concessão de títulos aos colonos é kafkiano, uma licença de ocupação ou uma carta de anuência nunca são concedidas antes do prazo de um ano(algumas levam dois anos), desde o início do processo em Porto Velho até sua finalização em Brasília. Conseguida a sua gleba, a duras penas e depois de muita fome ou de um trabalho miseravelmente pago nas grandes empresas agrícolas, o colono ou o nativo não conta com qualquer apoio bancário, uma vez que o Incra não fornece a documentação necessária para este tipo de transação.

É voz corrente em Porto Velho (embora alguns admitam que a prática está caindo em desuso) que um colono só consegue a localização de um lote, fase inicial do processo de ocupação, à custa de uma propina ao funcionário do Incra responsável pela área — propinas que atingem até dez mil cruzeiros. O que nos informa que um dos pontos a serem atacados é a depuração do próprio Incra na área, já acusado na

Câmara Federal, de alta corrupção por permitir que a grilagem de terras públicas seja feita por seus funcionários, isto é, no seio do órgão que deveria combate esta prática criminosa.

RESPOSTAS DIFÍCEIS

Os problemas de Rondônia crescem em proporção superior à chegada de novos colonos — mais de dois mil por mês. Para lá dirige-se hoje o maior fluxo migratório expontâneo do País e o Incra não dispõe de uma estrutura adequada para discipliná-lo, não sabemos sequer se este número — dois mil novos colonos por mês — é real. Embora um controle dessa migração não seja difícil (uma vez que quase a totalidade do fluxo passa pela localidade de Vilhena) funcionários locais do Incra afirmam que os recursos destinados ao órgão, na região estão muito aquem de suas necessidades: a quase totalidade dos recursos oficiais está concentrada na rodovia Transamazônica, para onde a migração é bem menos intensa.

Por outro lado, a desejada "harmonia entre os órgãos" a que se referiu o Ministro Rangel Reis continua inexistente. Recentemente Alberto Pacca, juiz de Porto Velho, expediu um mandado de notificação ao capitão Sílvio Gonçalves de Faria, executor do Incra no território. O motivo : o executor do Incra declarou em Cacoal que, naquela região, "ninguém é dono de terra nenhuma" e instruiu os empregados da fazenda Fortaleza a acertarem suas contas com os patrões e abandonarem o trabalho, uma vez que a fazenda, produto de grilagem, seria "dada ao povo".

Eis um trecho da notificação, em cujos termos podemos sentir o conflito entre o poder judiciário e o Incra: "... eis que não é a primeira vez que o referido cidadão capitão Silvio promove tumultos ou ao menos dá margem a que surjam tumultos na zona rural de Porto Velho e depois, quando instado a esclarecer. (...) A situação está se tornando cada vez mais crítica, havendo mesmo grande tensão e insegurança na área, onde já tem ocorrido crimes os mais diversos, tumultuando ainda mais os trabalhos da Justiça nesta Comarca".

Estaria um juiz de direito protegendo os grileiros e tentando impedir a ação legal do agente do Incra? Os crimes a que se refere o documento tem suas raízes na grilagem ou na execução de seu impedimento? A confusão vai além: Aldo Alberto Castanheira Silva, promotor público e curador em exercício de Rondônia, afirma em documento enviado ao Corregedor do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (datados de 24 de abril de 1974) que o foro de Porto

Velho está congestionado e as ações cíveis e criminais ligadas a assuntos de terra crescem a cada dia. Com quem estará a razão? Quem é grileiro e quem é posseiro? São perguntas quase impossíveis de serem respondidas, pelo menos no momento atual de Rondônia".

Em resumo, eis o momento atual de Rondônia: 1) morosidade na titulação das terras destinadas pelo governo para a reforma agrária, nos termos da lei 4.504 e do Estatuto da Terra; 2) desentrosamento dos órgãos governamentais que atuam na área; 3) interesses escusos de elementos que procuram tirar vantagem da confusão generalizada; 4) incapacidade do Incra em arranjar terras para todos os colonos; 5) processo burocrático deficiente e corrupto do próprio Incra; 6) ligação de funcionários do Incra com grileiros; 7) grandes propriedades rurais em mãos de seringalistas tradicionais, aceitas pelos bancos oficiais como garantia de empréstimo e denunciadas pelo Incra como terras da União; 8) presença do latifúndio; 9) cumplicidade da polícia com a grilagem das terras da União e com a invasão de glebas já tituladas; 10) venda de terras griladas a colonos incautos; 11) invasão de reservas indígenas; crescimento de uma população marginalizada, o que corresponde ao crescimento da prostituição e do crime.

Tal estado de coisas leva a Rondônia a um clima de verdadeira guerra, onde a segurança pessoal desapareceu, onde criminosos de todos os pontos do País encontram refúgio seguro e boa remuneração, onde a vida não vale um tostão furado".

O CAOS E A CHACINA PELA POSSE DA TERRA

A vida em Rondônia não vale um tostão furado. Não se trata de uma frase de efeito, mas de terrível realidade que impera nesse longínquo território brasileiro na fronteira com a Bolívia, como se verá a seguir. A chacina impiedosa de colonos e o caos são o dia-a-dia desse rico pedaço de terra brasileiro cobiçado, inclusive por grupos multinacionais de todo tipo. Hoje, além dos variados crimes de morte documentados e inclusive denunciados ao presidente da República em carta do deputado Jerônimo Santana, vamos ver a ação da The Diamond A Cattle Company (considerada a maior empresa de pecuária de corte do mundo e pertencente ao grupo Rockfeller) numa das mais escandalosas operações de grilagem de terra que se tem conhecimento neste País. E, o que é mais grave, com a conivência do Incra, da polícia e da justiça.

Nos territórios federais, por disposição legal, as terras são de propriedade da União e, como tais, definidas como devolutas federais (subdivididas em devolutas centrais e devolutas integrantes da faixa de fronteiras). Em Rondônia, o governo territorial entregou ao Incra, por convênio, a discriminação e concessão das terras públicas. O fato resultou em um grave desvio das finalidades e determinações do governo federal no sentido da ocupação da Amazônia.

Os seringais de Rondônia — terras especialmente férteis — foram cortados pela rodovia Brasília-Acre, o que facilitou a penetração de um fluxo migratório cada vez mais intenso. Atualmente existe em Rondônia uma procura de terra bastante superior à absorção administrativa do Incra regional, incapaz de atender aos milhares de colonos que chegam pela BR-364 em busca de lotes, isto é, em busca das promessas governamentais.

Falta ao Incra a iniciativa de ampliar o número de seus projetos, com loteamentos sistematizados, para atender os milhares de agricultores sem terras, espalhados pelas margens da rodovia BR-364, formando comunidades improvisadas onde a miséria, a falta de higiene, a ausência de qualquer administração, a presença de bandoleiros transformam a vida em uma perigosa aventura, cujo tom maior é a insegurança. Cacoal, Ariquemes, Vilhena, Pimenta Bueno, Presidente Médici são exemplos desses aglomerados, vilas e cidades sem infraestrutura onde a única lei é ditada pela menor ou maior rapidez em apertar o gatilho.

A omissão do Incra, não loteando as áreas devolutas às margens das rodovias, consideradas áreas prioritárias para a reforma agrária pelo Decreto-lei 1.164, de 1971, gerou o problema da grilagem — invasão das terras da união por grupos econômicos ou particulares poderosos. Os grileiros — que se apresentam publicamente como "ocupantes legais" — partem do princípio de que, impossibilitados por lei de adqurirem grandes áreas, nada os poderá impedir de "ocupar" essas terras, uma vez que as mesmas — devolutas — não estão legalmente distribuídas pelo Incra entre os colonos.

Alguns destes, cansados de esperar pelas cartas de anuência, também ocupam pequenas glebas: ocorre que essas glebas ocupadas pelos colonos desesperados são as mais próximas das rodovias e inserem-se como "quistos" nas grandes áreas desejadas pelos grileiros maiores. Estes, ao procederem a ocupação sumária de grandes glebas, levam de roldão os agricultores, expulsando-os a bala. Mais ainda: muitas vezes

as glebas ocupadas por lavradores o foram legalmente, através de autorização do Incra — nem assim a grilagem se detém e a invasão se realiza, com pistoleiros assessorados por uma polícia corrupta e violenta.

DEPOIMENTO UM

De Dionízio Pereira da Silva, habitante de Cacoal: "O senhor Dermaco, atualmente piloto da Tama, em conversa com mais outras pessoas, disse que, em face da atuação de grupos econômicos que vem comprando grandes áreas no território, como a Gainsa e outros, passou a transportar armas em seu avião. O senhor Dermaco afirmou ter transportado várias vezes caixas de metralhadoras e caixas de munições para uma fazenda no Alto Guaporé, de nome Ilha das Flores, na divisa da Bolívia, de propriedade dos Arantes. Ele disse que também transporta armas e munições em grande quantidade da Bolívia para esta fazenda e desta fazenda para outras, uma em Abuña, outra em Nova Vida e outra escondida nos arredores de Vilhena.

O piloto declarou que a Gainsa tem diversas espingardas calibre 12 de cinco tiros e diversos rifles de 22 tiros, americanos, calibre 22 Remington, tudo trazido de contrabando. O senhor Dermaco disse que essa firma tem três aviões só para transportar elementos perigosos, acostumados a tirar vidas humanas. Ele, o piloto, abandonou o emprego porque viu que sua vida também corria perigo e colocou-se na Tama, onde hoje voa como piloto da mesma".

Na maioria dos casos a grilagem tem objetivos comerciais: os grileiros não ocupam terras para o cultivo e sim para vendê-las a colonos que, com a morosidade do processo burocrático do Incra, resolvem investir suas "economias" na compra de uma gleba que lhe é apresentada como legal. Os grileiros, na sua maioria, sabem que a ocupação não poderá ser mantida no futuro — um dia o Governo federal tomará providências contra o crime — e passam a terra adiante. O pobre colono que a comprou é que terá de devolvê-la.

Dois aspectos da questão devem ser notados: primeiro, existe uma diferença básica entre a pequena grilagem, realizada por colonos esfomeados que necessitam da terra para plantar, e a grande grilagem, realizada por motivos comerciais; segundo, em alguns casos, a grande grilagem é feita em termos definitivos, visando à formação de latifúndios por grupos econômicos que não temem uma posterior providência do governo, que estão absolutamente certos de que ninguém "ousará" to-

mar-lhes as terras, nem mesmo seu proprietário legítimo, isto é, o Governo federal.

Essa situação, por si só fomentadora do caos social em que está imerso o Território de Rondônia, agrava-se na medida em que o Incra concede terras a grandes empresas grileiras em vez de cumprir sua verdadeira missão, ou seja, atender à demanda dos colonos.

DEPOIMENTO DOIS

De Paulo Ribeiro da Silva, morador nas proximidades de Ariquemes: "No dia 1.º de janeiro deste ano, no quilômetro 110 da BR-421, foram presas oito pessoas, inclusive duas senhoras com crianças nos braços, pelo sargento Jorge Alberto Rebelo de Almeida, subdelegado de Ariquemes, e pelo guarda Diogo Gomes Ferreira. Eles nos interrogaram sobre fatos que nós não tínhamos conhecimento e nos espancaram barbaramente, inclusive as duas senhoras. O subdelegado, para nos forçar a falar, amarrou dois toros no pescoço do senhor Lourival Martins da Silva, um dos presos e o dependurou por vários minutos em uma travessa de 3 metros de altura, em um barracão aberto, na frente de trinta pessoas. Uma senhora, não resistindo ver o enforcamento, desmaiou. Foi quando chegou um senhor de nome Raimundão e mandou que o subdelegado descesse o homem da forca. O sargento, temendo o povo, desceu o homem, que ainda estava vivo."

Os dois maiores grupos econômicos envolvidos na grilagem de terras são a Calama S.A. e a Gainsa-Guaporé Agro Industrial S.A. Examinemos o primeiro. Com base em um "título definitivo" cuja origem se perde confusamente em 1915, outorgado pelo então presidente do Estado de Mato Grosso, a Calama cadastrou no Incra mais de um milhão de hectares. Embora o cadastramento, por mais duvidoso que seja, tenha sido aceito, jamais foi pago o ITR desse latifúndio. Alegando domínio legal sobre as terras, a Calama vendeu áreas quatro vezes superiores à mencionada no título. Ainda alegando domínio, a Calama fez um acordo com o Incra que, em vez de retificar a área segundo o amarelecido papel de 1915, outorgou à empresa uma área que corresponde ao dobro do mencionado.

Uma das áreas dominadas pela Calama, com reconhecimento do Incra, inclui a Vila Rondônia, com mais de 30 mil habitantes, com milhares de lavradores ocupando terras sem definição de documentação, na base da posse e sob o argumento de sobrevivência. A Calama faz despejos temporários,

afirmando que tudo lhe pertence, inclusive a Vila Rondônia, suas casas e suas poucas benfeitorias.

O Incra, em vez de lotear essas terras (inclusas na área prioritária definida pelo decreto-lei 1.164) com os colonos já localizados nelas, promove o recolhimento e reconhecimento dos títulos da empresa — que não é habilitada como "empresa de colonização" — facilitando a venda extorsiva de pequenas glebas e praticamente autorizando a expulsão dos lavradores — que, ou morrem de fome ou se deslocam para a Bolívia ou se transformam em assaltantes. O delegado regional, Dr. Ary Agra, é o advogado da Calama em Vila Rondônia — o que significa que a empresa é auxiliada pela polícia no despejo dos colonos (embora a empresa não necessite realmente dessa ajuda, a não ser como "cobertura legal", uma vez que mantém sua própria guarda de sgeurança, constituída de pistoleiros contratados a peso de ouro).

A Gainsa é controlada por João Arantes Junior e Mauro Arantes Ferreira, os famosos irmãos Arantes, proprietários de quase duas dezenas de fazendas em todo o País. A base de suas operações em Rondônia é a fazenda Fortaleza e sua faixa de atuação é a BR-319. Ao contrário da Calama, a Gainsa não conta com o beneplácito aberto do Incra — cujo executor no território, capitão Silvio Gonçalves, pretende desapropriar a fazenda Fortaleza. Mas, em contrapartida, tem a proteção — segundo várias denúncias encaminhadas a Brasília — do juiz Antonio Alberto Pacca, de Porto Velho, e de toda a estrutura judicial e policial do território.

O executor do Incra afirma que a Gainsa age afrontosamente contra seus regulamentos, não obedecendo um só item do que diz respeito à lei agrária. Segundo o capitão Silvio Gonçalves, a Gainsa não tem domínio legal das áreas "que está ocupando a bala" e que, mesmo sem ser uma empresa de colonização organizada, vende terras públicas — não só as vende como as adquire de outros grileiros.

As denúncias morrem nas palavras: os colonos que ocupam terras devolutas nas margens da BR-119 são chacinados sem piedade, embora essas terras sejam consideradas devolutas e esses colonos as ocupem sustentados no artigo 3.º do decreto-lei 1.164 — "as posses legítimas, manifestadas por cultura efetiva e morada habitual sobre porções de terras devolutas situadas nas faixas de que trata o artigo 1.º serão reconhecidas pelo Incra"'.

Cerca de cem pistoleiros mantêm a ferro e fogo o domínio da Gainsa nas regiões de Abunã, Nova Vida e Cacoal, embora a empresa jamais tenha apresentado publicamente um do-

cumento que explique a origem de suas propriedades, embora jamais nenhuma autoridade tenha tomado conhecimento de um título de domínio legal em nome da Gainsa, conhecida popularmente em Porto Velho como "a máfia dos Arantes". Há pouco tempo o grupo (proprietário inclusive, do jornal "O Guaporé", de Porto Velho) realizou a alienação de cerca de 100.000 hectares de terras devolutas, por Cr$ 4.900.000,00, para os Srs. Torres Homem e Junqueira Vilela, na região de Cacoal. Não existe lei no Brasil que autorize um particular vender 100.000 hectares de terras devolutas — mas nem assim o Incra conseguiu, ou quis, enquadrar a empresa em atividade de lesão contra o patrimônio nacional.

Para terminar este capítulo, eis uma nota publicada no "O Guaporé", edição de 21-4-74: "Encontram-se em nossa cidade, desde sexta-feira passada, os senhores Ben Burkhauser e Sid Good Loe, diretores da The Diamond A Cattle Company, considerada a maior empresa de pecuária de corte em todo o mundo, dela fazendo parte integrante, entre outros, o grupo Rockfeller. A vinda dos referidos homens de negócios a nossa cidade se deveu a convite que foi endereçado à Diamond A pela firma Gainsa S. A., que para tanto enviou aos EE.UU. da América um seu emissário altamente credenciado. (...) Oxalá sejam coroadas de êxito as negociações entre a Gainsa S. A. e a Diamond A, a fim de garantir-se a presença em nosso território de tão importante firma, seja isso através de compras de terras seja através de sua associação com Gainsa S. A." É a grilagem de Rondônia chegando, como era de se esperar, ao nível das multinacionais.

DEPOIMENTO TRÊS

De Clementino Ferreira Araújo, agricultor na região de Vila Rondônia: "Os despejos dos agricultores são feitos por jagunços armados com armas curtas e carabinas. E agora esses jagunços tem apoio de funcionários do Incra, como aconteceu no dia 24 de novembro do ano passado, em uma reunião promovida na casa do senhor Waladão pelo senhor Barbosa, fiscal lotado no Projeto Ouro Preto.

Na reunião se apresentou um gerente da Rio Candeias, cercado por vários jagunços armados, que falou para as 140 famílias ali reunidas. O gerente da Rio Candeias disse então que as 300 famílias que moravam na área teriam de se retirar de qualquer maneira, pois a Rio Candeias tinha ganho uma questão contra o Incra e agora era dona das terras. Alguns colonos se levantaram e disseram que o Incra tinha garantido

que aquelas terras não podiam ser vendidas e que já eram do povo. O senhor Barbosa, do Incra, disse que todo mundo tinha de sair de qualquer jeito e quem quisesse podia ir trabalhar no Projeto Ouro Preto.

Os colonos se revoltaram e disseram que iam denunciar o fato ao presidente Ernesto Geisel, que é um presidente da República que não se envolve com corrupção. O gerente disse que a gente podia falar até com o ministro da Guerra porque não tinha mais jeito, ofendeu os colonos e acabou com a reunião. Quinze dias depois nossos barracos foram queimados e os colonos tiveram de se retirar das terras".

Se nos detemos nas firmas Galama e Gainsa, isto não significa que esses grupos são os únicos responsáveis pela grilagem na Rondônia, prática que cresce dia a dia. Já denunciados às autoridades federais (e estranhamente defendidos pelo judiciário do território) alistam-se os senhores José Milton de Andrade Rios, chefe de pistoleiros e vendedor de terras públicas em Vila Rondônia e arredores; Walmar Meira Paes Barreto, também chefe de pistoleiros e negociante de terras públicas em vários pontos do Território, com ligações com a Calama; Ivan José Rodrigues, que mantém um grupo de pistoleiros sob as ordens do sargento Jorge Rebelo de Almeida, na região de Ariquemes; o grupo Rio Candeias; Clóvis Arrais Chaves, atualmente administrador de Vila Rondônia, que age de comum acordo com Luiz Bernardi e Geraldo Bessa; Pantoja & Irmão; A. Catanhede & Cia.

JERÔNIMO SANTANA DENUNCIA

Em carta ao presidente da República, datada de 10 de janeiro último, o deputado Jerônimo Santana, representante de Rondônia na Câmara dos Deputados, denunciava como "envolvidos publicamente na grilagem, por ação ou omissão", o governo do território, o atual juiz de direito de Porto Velho (Antônio Alberto Pacca), o promotor Aldo Castanheira, o atual secretário de Segurança Pública (Nélio Lins Guimarães), delegados de polícia do Interior (principalmente o de Vila Rondônia, Ary Agra), elementos da diretoria do Incra, os jornais "O Guaporé" (do grupo Gainsa), e "Alto Madeira" (Diários Associados).

No mesmo documento foram apontados os principais elementos do esquadrão da morte organizado no seio da polícia: sargento Ivo Martins Cabral, que entrou na polícia territorial após ter sido expulso do exército por mau comportamento,

sendo atualmente acusado de dois assassinatos; sargento Paulo Marcolino de Castro, acusado legalmente do assassinato do menor Damião Nunes dos Santos; sargento José Gomes; guarda policial Sebastião Gonçalves, o temível Sete Facadas, implicado no crime do aeroporto de Vila Rondônia, relatado na abertura desta série de reportagens; sargento Jorge Rebelo de Almeida, sub-delegado de Ariquemes.

Entre os pistoleiros de maior fama estão Benigno Tenório Cavalcante ou Benigão (vinte assassinatos com testemunhas), João Dias (trinta assassinatos com testemunhas), Gerson (o terror da região de Urupá), Careca (que trabalha com metralhadora), Baiano (com dez crimes testemunhados, trabalhando atualmente para a Calama), Barbosa e João Cigano (encarregados da queima de barracos dos colonos de Vila Rondônia e da contratação de jagunços). Os coitos principais dos pistoleiros localizam-se no rio Urupá, em Cachoeirinha, Serra Morena, Cinco Bocas e Dois Jacys, onde Walmar Meira mantém campos de treinamento de tiro e diversos pequenos arsenais. Barbosa, conhecido por todos como Barbosa da Calama, mantém um pelotão pessoal de quinze jagunços e trata o chefão Walmar Meira como "presidente da República de Urupá".

Este o panorama de Rondônia no que se refere ao problema fundiário: grilagem, chacinas, banditismo, contrabando de armas, impunidade generalizada, omissão e cumplicidade do Incra regional, envolvimento dos poderes territoriais com os grileiros. Todavia, é possível que uma outra questão — a do estanho — seja ainda mais grave.

(Transcrito do semanário «Crítica», de 3 a 9 e de 10 a 16/3/75)

sendo atualmente acusado de dois assassinatos; sargento Paulo Marcolino de Castro, acusado igualmente do assassinato do menor Damião Nunes dos Santos; sargento José Gomes; guarda policial Sebastião Gonçalves, o temível "Sete Pecados", implicado no crime do aeroporto de Vila Rondônia, relatado na abertura desta série de reportagens; sargento Jorge Rogério de Almeida, sub-delegado de Ariquemes.

Entre os pistoleiros de maior fama estão Benigno Tenório Cavalcante ou Benição (vinte assassinatos com testemunhas), João Dias (trinta assassinatos com testemunhas), Gerson (o terror da região do Urupá), Cereca (que trabalha com metralhadora), Baiano (com dez crimes testemunhados, trabalhando atualmente para a Calema), Barbosa e João Cigano (encarregados da queima de barracos dos colonos de Vila Rondônia e da contratação de jagunços). Os coitos principais dos pistoleiros localizam-se no rio Urupá, em Cachoeirinha, Serra Morena, Cinco Bocas e Dois Jacys, onde Walmar Meira mantém campos de treinamento de tiro e diversos pequenos arsenais. Barbosa, conhecido por todos como Barbosa da Calema, mantém um pelotão pessoal de quinze jagunços e trata o chefão Walmar Meira como "presidente da República de Urupá".

Este é panorama de Rondônia no que se refere ao problema fundiário: grilagem, chacinas, banditismo, contrabando de armas, impunidade generalizada, omissão e cumplicidade do Incra regional, envolvimento dos poderes territoriais com os grileiros. Todavia, é possível que uma outra questão — a do estanho — seja ainda mais grave.

(Transcrito do semanário «Crítica», de 3 a 9 e de 10 a 16/3/75)

DR. ALÍSIO MAMEDE, UM APÓSTOLO DO BEM

Francisco Braz de Araújo

Com o falecimento do Dr. Alísio Borges Mamede, ocorrido às 20 horas do dia dois de dezembro de 1973, perde o Ceará, uma figura humana que só praticou o bem. Especializado em pediatria, com o tempo e ajudado pela sua forte inteligência, tornou-se muito conhecido em nosso Estado, notadamente, em Fortaleza; considerado o mais competente na sua especialidade, como também em outras funções, nas quais demonstrou o seu valor. Foi Diretor do Departamento Estadual da Criança, fundador e primeiro presidente da Sociedade Cearense de Pediatria. Em 1938 Alísio, recém-formado, instalou consultório, no mesmo prédio da Farmácia Moura Brasil, de seu irmão, o sempre lembrado Aluisio Mamede, localizada na esquina da Rua Senador Pompeu com a Rua Guilherme Rocha, hoje Ouvidor, tendo como atendente a senhorita Mirtes Ribeiro, hoje mãe do jogador Artur, pelo Ceará. Por ser amigo de Milton Mamede, irmão de Alísio e de Aluisio, tornei-me amigo dos dois, indo eu trabalhar na farmácia, no aviamento de receituário e serviço de enfermagem. Foi naquele ambiente de compreensão e harmonia que eu, recém-chegado de um lugar tenebroso como a antiga Sibéria, esquálido como um arbusto nascido no agreste, sempre trabalhando ao lado do saudoso farmacêutico Mário Mamede, pai de Alísio, com o tempo, pude observar de perto a causa daquela família de médico, farmacêutico e até de militar, ter, na seqüência de longos anos, conservado o seu comportamento social com dignidade e concluía: a causa, a base é o lar e pensando: a mais velha civilização do mundo, é a chinesa cuja história se conta pelos minutos de seus milênios, que sobreviveu à queda de todos os impérios, sem se desagregar; o lar, a família forjaram a sua grandeza. Os dias iam se passando e a clientela do Dr. Alísio aumentava constantemente, além da assistência às colônias dos pescadores, cujo receituário era preparado na Farmácia Moura Brasil, sob a sua supervisão, tal o zelo que ele tinha pela saúde das

crianças, se desdobrava em outros setores. Homem que tinha nítida visão global das coisas, da vida, dos homens; a sua imaginação era independente e livre, como o vento soprando no deserto. Certa vez, perguntei: **Alísio por que você escolheu esse ramo da medicina que eu acho tão difícil?** Respondeume que quando se tem vocação por uma carreira, o importante é segui-la.

Médico por vocação, sensibilizava-se com os sofrimentos de outros, razão por que soube conservar com firmeza a faculdade de servir aos que o procuravam, embora reconhecendo que, neste vale de lágrima que é o mundo, os bons são quase sempre incompreendidos, e de todas as profissões, a de médico é a mais árdua, espinhosa, ora anjo ou demônio, pois, se o paciente se restabelece, é anjo, se, apesar de todos os cuidados, o paciente morre, o médico é demônio, até põemse em dúúvida sua capacidade profissional. Eu sabia-o um homem dotado de muita inteligência, sem maldade, sem aquele aspecto vulgar do argentário, do oportunista, do hipócrita, do cabotino. Se não tivesse morrido iria longe, impulsionado por forte sentimento de bondade, a trilhar os ásperos caminhos da vida, cumprindo o seu destino humano. Quem não o conhecia, tinha vontade de conhecê-lo, e quem o conhecia e privava de sua amizade, tinha satisfação de com ele conversar sobre qualquer assunto.

Os seus colegas médicos o estimavam como a um irmão, tal a decência e o porte do famoso pediatra. Como última homenagem o seu corpo foi velado em Câmara Ardente, no Centro Médico Cearense, em sinal de reconhecimento e gratidão a ele que, numa pequena fração de sua convivência na terra, porque a vida é curta, soube dignificar a classe, como Verdadeiro Apóstolo do Bem. Vi-o pela última vez, na Rua Liberato Barroso, ao me ver foi logo perguntando pela minha saúde e admirado de eu não estar velho. Respondi: vou bem e não obstante, aos 70 anos já vividos. De fato, disse, você ainda está em forma e deveria me ensinar essa fórmula, no que expliquei: meu caso foi e é exercício, principalmente, natação que é o mais importante, só bebo aos domingos quando estou no mar, três dedos de **whisky;** fumo pouco e com piteira, como pouco açúcar e pouca gordura; durmo às 10 horas, durante esse tempo, lendo e escrevendo sem óculos e levantando-me às 5 horas. Almoço bem, janto pouco e, todo mês, tomo dois comprimidos de lacto purgo para descarregar, e para conservar a vitalidade, vitamina B 1, B 12, B 6 — associadas ao fósforo. Sei que já estou chegando ao fim da picada, mas não me descuido. Esta sua norma de vida é ótima, e sobre

outros problemas, você está certo, eu estou com você, e despedimo-nos.

Eu que tenho horror à velhice por considerá-la uma indignidade, quando, sem medo, penso na vida e na morte, lembro-me do grande escritor e jornalista Ilya Ehremburgo, já falecido, que também tinha horror à velhice e a morte. Certa vez, quando se olhava no espelho, vendo a face escaveirada pelo tempo, exclamou: quanto já vivi, sem ver tudo, sem ver de tudo e sem amar a tudo! Alísio Mamede, viu tudo, vendo de tudo e amando a tudo, principalmente, a sua família, os amigos, a humanidade. Como amigo que fui do Dr. Alísio Mamede, desejo que quando as flores nascerem e balouçarem sobre o seu túmulo, que sejam contempladas pelas crianças de Fortaleza.

(Transcrito do «Correio do Ceará', de Fortaleza)

outros problemas, você está certo, eu estou com você, e despedimo-nos.

Eu que tenho horror à velhice por considerá-la uma indignidade, quando, sem medo, penso na vida e na morte, lembro-me do grande escritor e jornalista Ilya Ehremburgo, já falecido, que também tinha horror à velhice e a morte. Certa vez, quando se olhava no espelho, viu uma face escaveirada pelo tempo, exclamou: quanto já vivi sem ver tudo, sem ver de tudo e sem amar a tudo! Alísio Mamede, viu tudo, vendo de tudo e amando a tudo, principalmente, a sua família, os amigos, e a humanidade. Como amigo, que fui do Dr. Alísio Mamede, desejo que quando as flores nascerem e balouçarem sobre o seu túmulo, que sejam contempladas pelas crianças de Fortaleza.

(Transcrito do "Correio do Ceará", de Fortaleza)

OS PLANOS E CRÍTICAS DO SENADOR CARREIRA

Onde há tantos rios navegáveis, uma política predominantemente rodoviária certamente irá repercutir de modo contraproducente. Pensando desse modo é que o senador Carreira pretende direcionar o seu primeiro mandato no sentido de chamar a atenção para um melhor aproveitamento dos recursos naturais da região amazônica.

Evandro Carreira, dizendo que tem recados da Amazônia para serem dados durante seu primeiro mandato no Senado, prometeu lutar para o aproveitamento dos recursos naturais da região, para promover seu desenvolvimento mediante um plano racionalizado que não agrida a imensa selva.

Carreira lembrou que a Amazônia é resultado de uma elaboração ultramilenar da natureza e não se sabe o porquê de sua selva ser tão heterogênea. No momento o que importa é estudá-la e investigá-la para racionalizar um plano de desenvolvimento, não um plano que posto em prática se converta num antidesenvolvimento.

Com críticas ao atual processo de colonização da Amazônia, Carreira manifestou-se contrário à implantação de uma cultura pecuária na região, por entender que "se nós precisamos de proteínas, podemos obtê-las de nossa fauna ictiológica, racionalizando-a através de fazendas aquáticas, verdadeiros viveiros de peixes, alguns dos quais chegam a pesar até 250 quilos.

Também criticou a devastação da selva com o objetivo de replantio. A medida poderia prejudicar o equilíbrio biológico da região, que ao seu ver é decorrência da própria arrumação da natureza.

Evandro Carreira contrapôs-se à atual política de transportes para a Amazônia e afirmou que a verdadeira política

de transporte e comunicação deveria ser feita mediante o aproveitamento hidroviário. Sustentou que qualquer política rodoviária na região seria contraproducente uma vez que todos os rios da região são navegáveis, com exceção do Rio Branco, e só existe uma autêntica e verdadeira Transamazônica, o Rio Amazonas.

Como segundo item de sua atuação no Senado, Evandro Carreira disse que tentará valorizar a produção gomífera da região, amparando o seringalista pois a borracha é um produto nacional de que a indústria moderna não pode prescindir, não havendo melhor borracha do que na Amazônia.

Além da borracha julga que se deverá valorizar a produção regional da castanha, da juta e da malva, enfim, tudo aquilo que a selva oferece ao homem, cabendo apenas racionalizar esta oferta, sem que isto resulte na sua devastação.

Em terceiro plano, Evandro Carreira está disposto a "esmolar" no Senado para que o centro das decisões da política econômica da Amazônia seja estabelecido em Manaus, sem que isto signifique o deslocamento da sede da Sudam e do BASA de Belém para a capital amazonense.

— O que queremos é que Manaus tenha uma delegacia autônoma, que tenha capacidade de também decidir, pois não é possível que nós, no Amazonas, estejamos constantemente esperando uma solução vinda de Beléém, quando nossos problemas são ingentes e urgentes.

(Transcrito do "Jornal de Brasília", de 27-02-75)

A AMAZÔNIA DE HOJE

Constituída em 1967 com a finalidade de levar a debate público os problemas que afetavam a maior e quase desconhecida região de nosso país, a Amazônia Brasileira, a CNDDA vem no decorrer de quase um decênio cumprindo a sua missão. A sua revista, editada com muito esforço e sacrifício, principalmente de ordem financeira, vem divulgando, com seriedade e apurado critério seletivo, os principais aspectos desses problemas. Vários e importantes trabalhos, de especialistas e estudiosos de grande renome, têm aparecido em suas páginas, discutindo e apontando soluções para as graves e delicadas questões que envolvem o desenvolvimento e a integração da Amazônia. Isto, todavia, não tem sido suficiente, ao contrário do nosso desejo, para um conhecimento mais generalizado do mundo amazônico. A sua extensa e diversificada bibliografia repousa nas empoeiradas estantes das bibliotecas, consultada por reduzido número de pessoas, permanecendo a maioria na ignorância da grandiosidade de sua realidade. É um quadro constrangedor que deve ser modificado e atacado pela base, levando-se aos nossos jovens escolares e universitários, prioritariamente, os conhecimentos capazes de criar uma consciência dessa magnífica realidade. Muito se tem feito nos últimos anos, é um fato inegável, no sentido de um desenvolvimento integrado da Amazônia. Os resultados, infelizmente, não têm correspondido aos esforços realizados, mas prosseguem e, sem dúvida, em futuro não muito remoto os frutos serão colhidos.

Iniciando uma campanha de divulgação de fatos e aspectos relacionados com a Amazônia, a "A Amazônia Brasileira em Foco" transcreve a seguir algumas informações publicadas na revista "Isto é a Amazônia", editada sob os auspícios da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), BASA (Banco da Amazônia S. A.) e SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

DIMENSÕES CONTINENTAIS

Área — 4.871.487 km2
58% do Brasil; 27% da América do Sul; trigésima parte das terras emersas do globo
Distâncias — (lineares e angulares):
N — S — 2.353 km — 21º 16' 19''
E — O — 3.324 km — 29º 59' 32''
Perímetro:
Litoral — 1.493 km
Limite interno — 3.258 km
Limite internacional — 11.085 km

DEMOGRAFIA (1970)

População absoluta — 7.199.529 habitantes — 8% da população do Brasil
Densidades Demográficas
Amazônia — 1,48 hab/km2
Máxima da Amazônia — 861,08 hab/km2 (Belém)
Mínima da Amazônia — 0,02 hab/km2 (S. Félix do Xingu — PA)
Máxima do Brasil — 7.505,91 hab/km2 (S. João do Meriti — RJ)
Mínima do Brasil (fora da Amazônia) — 0,62 hab/km2 (Formosa do Rio Preto — BA)

HIDROGRAFIA

Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas

Internacional — 6.915.000 km
Brasileira — 4.787.717 km2 — 56% da rede potamográfica nacional)
Potencial hidrelétrico — 50.000.000 kW (33% do potencial brasileiro)
Navegabilidade — 17.000 km (56,8% do Brasil)

Rio Amazonas

Caudal — 227.075 m3/seg (em Óbidos — PA)
Maior vazão fluvial do mundo: 349% da descarga do Mississipi — 5 vezes superior a do Rio Congo — 1/5 dos cursos d'água do planeta

Extensão — 7.200 km
A mais extensa via fluvial do globo — 1,74 vezes superior ao Mississipi e 1,12 ao Nilo

RESERVA FLORESTAL

Cerca de 350.000.000 ha — 79,7% da área florestal do Brasil — 70 bilhões de m3 de madeira em pé — maior reserva de floresta tropical do mundo (FAO)

PROJETO RADAM

Como componente do PIN (Programa de Integração Nacional), foi estabelecido o Projeto RADAM — Radar na Amazônia — que se constitui num dos maiores e mais amplos levantamentos de recursos naturais da face da Terra. Seu objetivo fundamental é produzir informações básicas para o planejamento da região amazônica.

As imagens foram obtidas através de uma aeronave "Caravelle" equipada com os modernos aparelhos de sensoriamento remoto.

Ao DNPM, órgão do Ministério de Minas e Energia, cabe a responsabilidade do Projeto RADAM, devendo estar concluído em 1974.

TRANSPORTES

A escassez de transportes e comunicações na Amazônia apresenta-se como um dos graves entraves ao desenvolvimento da região. A experiência tem demonstrado que a disponibilidade do sistema fluvial isoladamente não satisfaz, exigindo, complementarmente, a utilização do transporte rodoviário como um sistema auxiliar que permita a utilização de faixas de terras situadas entre os rios navegáveis e propicie uma conexão das rodovias aos portos fluviais da área.

A execução do Plano Rodoviário da Amazônia está a cargo do DNER, dos Batalhões de Engenharia do Exército e do Departamento de Estradas de Rodagem Estaduais, com a participação de recursos da SUDAM e financaimentos do exterior.

RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA

BR-010, BR-226, BR-153 e BR-060

2 milhões de pessoas vivem em torno dela

Com mais de 2.000 quilômetros de extensão, corta 3 Estados da área da SUDAM e já abriga em suas margens cerca de 2 milhões de habitantes, em dezenas de povoados e cidades nascidas com o advento desta rodovia. Constitui-se na via de acesso e escoamento de produtos, entre o Norte e o resto do Brasil.

A agricultura e a pecuária florescem de modo animador nos municípios sob a sua influência.

PARÁ-MARANHÃO

Via de colonização

Esta rodovia, de grande importância para a Amazônia, ligará o Norte ao Nordeste. Tornar-se-á, sem dúvida, numa via de penetração dos excedentes humanos do Nordeste para a colonização da Amazônia.

CUIABÁ-PORTO VELHO-ACRE

BR-236, e trechos BR-264 e BR-319

O caminho da Borracha

De grande valor para a Amazônia, esta rodovia ligará a cidade de Rio Branco ao Sul do País. Com seus 3.000 km desbravará uma das mais promissoras regiões da Amazônia. Concluídos os trechos Cuiabá-Porto Velho e Porto Velho-Rio Branco. O traçado entre Rio Branco e a fronteira do Peru é objeto de financiamento do exterior.

A extraçãão de minérios, a pecuária e as culturas agrícolas começam a se desenvolver ativamente nesta Região, destacando-se na mineração o Território Federal de Rondônia, como o maior produtor de cassiterita, que ocupará papel relevante na economia nacional. Esta estrada permitirá, também, o escoamento da borracha dos seringais nativos.

MANAUS-FRONTEIRA DA VENEZUELA

(BR-174 e BR-401)

Desbravando Roraima

Com seus 720 km de extensão, corta o Território de Roraima de Norte a Sul, constituindo-se na via terrestre de escoamento dos produtos regionais e penetração do homem no interior de Roraima.

MANAUS-PORTO VELHO-GUAJARÁ MIRIM

(BR-319)

Novo caminho para os rebanhos

Em seu trajeto, da ordem de 1.200 km, esta rodovia cortará a região entre os rios Purus e Madeira, abrindo perspectivas para a utilização de grandes campos naturais próprios para a expansão da pecuária.

CUIABÁ-SANTARÉM

(BR-165)

Uma Pioneira

Colocada como estrada pioneira, incluída no PIN, será uma nova via de penetração e terá a missão de oferecer caminho para a ligação da Amazônia com o Centro Sul, unindo Cuiabá a Santarém, porto fluvial do Pará.

TRANSAMAZÔNICA

(BR-320)

A Obra do Século

A sua grande função como via de penetração será a de promover a integração da Região Amazônica ao Nordeste, além de propiciar o deslocamento dos excedentes demo-

gráficos desta Região para ocupação das áreas despovoadas da Amazônia.

No seu traçado a Transamazônica cruzará o Rio Araguaia, atingindo Marabá, Tucuruí, alcançando o primeiro trecho francamente navegável do Rio Tocantins. De Tucuruí, na direção oste, atravessará o Xingu nas proximidades de Altamira, prosseguindo até Itaituba, no Tapajós. De Itaituba, a estrada tomará a direção sudoeste até atingir Jacareacanga, ainda no Tapajós. A partir daí, prosseguirá no sentido leste-oeste, até Humaitá, no Rio Madeira.

A estrada unirá os grandes afluentes do Amazonas, exatamente nos pontos onde eles são navegáveis, propiciando a conexão rodoviária dos portos fluviais.

ÍNDICE

Composto e impresso nas oficinas da
GRAFICA EDITORA ITAMBÉ S. A.
Rua Leandro Martins, 72 — RIO — RJ



CNDDA

Comissão Nacional de Defesa e
pelo Desenvolvimento da
Amazônia



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura

